

ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAIS

PARTE III – IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

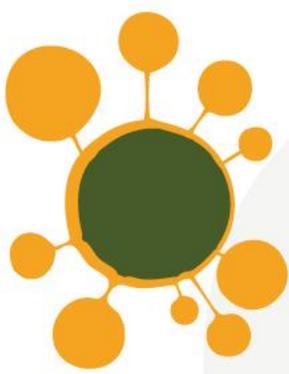
Ribeirão Preto, 04 de maio de 2020

Versão Interna

Produto elaborado no âmbito do Projeto Pró-Espécies



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207
ecosustentare@gmail.com



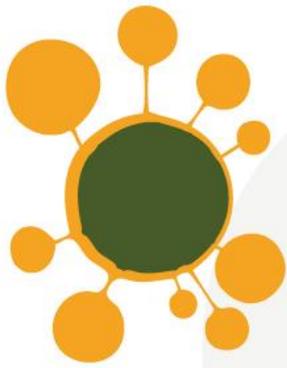
SUMÁRIO

Parte III – Identificação e Descrição das Fontes de Recursos	
9. Fontes de Recursos: contextualização.....	03
10. Dados da Entrevista com PANs e PATs sobre Fontes de Recursos.....	04
10.1. Origem dos Recursos Utilizados nos PANs da Amostragem.....	05
10.2. Existência de Orçamentos Públicos ou Outras Fontes de Recursos Previstos para a Implementação dos PATs em Elaboração.....	06
10.3. Desafios da Captação de Recursos.....	06
11. Recursos Disponíveis para Ações Sócioambientais.....	07
11.1. Organismos Públicos.....	10
11.2. Agências Internacionais.....	30
11.3. Iniciativa Privada – empresas.....	40
11.4. Iniciativa Privada sem Fins Lucrativos – ONGs.....	45
11.5. Instrumentos Legais Comumente Celebrados na Obtenção de Recursos.....	52
11.6. Considerações Finais.....	54
Anexos.....	55



EcoSustentare
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207
ecosustentare@gmail.com



PARTE III

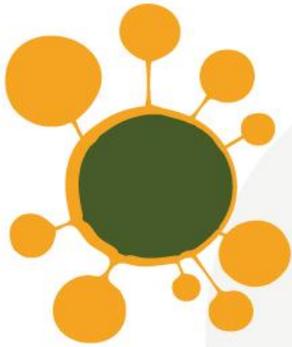
9. Fontes de Recursos: contextualização

Na Parte II desse estudo foi possível concluir que os Planos de Ação de abordagem territorial, em especial, os que abrangem conjuntamente espécies de fauna e flora, mostraram-se financeiramente mais viáveis que aqueles voltados a apenas uma espécie. Desse modo, observou-se que, da amostra de PANs analisados, o PAN Lagoas do Sul, que abrange 167 espécies de fauna e flora, atuando com 06 grupos taxonômicos e em 03 biomas, apresentou um custo unitário por espécie bastante próximo ao custo por espécie do PAT Planalto Sul, único PAT em execução até o momento, nos valores de R\$ 176 mil e R\$ 136 mil, respectivamente.

No âmbito do Projeto Pró-Espécies sabe-se que a estimativa de apoio para os Planos de Ação (PANs e PATs) é de cerca de R\$ 40 mil por espécie, assim, considerando o PAT Planalto Sul como estudo de caso, o qual contém 11 espécies alvo classificadas como CR lacuna e constantes nas Listas Nacionais Oficiais, entende-se que o apoio do Projeto Pró-Espécies corresponde a cerca de R\$ 440 mil por Plano, evidenciando que para a implementação de todo o PAT, considerando, ainda, a mesma quantidade de espécies beneficiárias, outras fontes de recursos serão necessárias.

Eis aqui evidenciado, por meio de projeções estatísticas, outro grande desafio da sustentabilidade financeira dos PATs, como e onde buscar o recurso necessário para implementá-los?

Com o objetivo de contribuir com essa resposta, esse estudo pesquisou diversas fontes de financiamento a projetos socioambientais, em especial, as que estejam alinhadas com as estratégias de conservação comumente abordadas nos Planos de Ação. O referencial direcionador dessa pesquisa foi a relação das linhas temáticas mais abordadas nos Planos estudados, tal como elencadas na Parte II desse estudo.



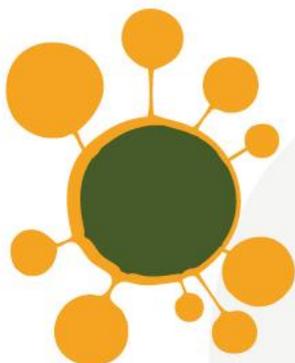
A busca por fontes de recursos também levou em consideração alguns dados obtidos junto aos Coordenadores dos PANs e pontos focais dos PATs em elaboração a respeito das atuais fontes financiadoras dos PANs e expectativas de fontes de recursos para os Planos a serem implementados, bem como os maiores desafios encontrados na captação de recursos, conforme descritos a seguir.

10. Dados da Entrevista com PANs e PATs sobre Fontes de Recursos

Nas entrevistas realizadas com os Coordenadores dos PANs analisados e do PAT Planalto Sul e, ainda, com alguns pontos focais de PATs em elaboração, foram feitas algumas perguntas sobre fontes de recursos, tais como:

- Origem dos recursos utilizados na implementação dos PANs;
- Existência de orçamentos públicos ou outras fontes de recursos previstos para a implementação dos PATs em elaboração; e
- Principais desafios encontrados para captação de recursos dos PANs analisados.

Esse levantamento foi importante para orientar ainda mais as pesquisas sobre fontes de recursos feitas por esse estudo, principalmente, com o objetivo de identificar fontes relacionadas às linhas temáticas elencadas como apresentando maior grau de dificuldade de captação e, conseqüentemente, de menor implementação. As respostas obtidas estão descritas nos itens a seguir, separadamente, para melhor elucidação.



10.1. Origem dos Recursos Utilizados nos PANs da Amostragem

Os Planos de Ação Nacional analisados foram e estão sendo implementados com recursos oriundos de diversas origens, incluindo organismos públicos e da iniciativa privada com e sem fins lucrativos. Por meio da pesquisa aplicada aos Coordenadores não foi possível identificar, na íntegra, todas as fontes de recursos, no entanto, das respostas obtidas, 78% souberam informar, ao menos parcialmente, as fontes de recursos utilizados na implementação. Os outros 22% não tinham informações suficientes a respeito em decorrência da 1ª. monitoria ainda não ter sido realizada.

Das fontes informadas 10 são organismos públicos, 03 são empresas privadas, 01 organismo internacional e 05 são entidade civis sem fins lucrativos – ONGs. Ressalta-se que por não haver dados sobre valores aportados por cada instituição, não foi possível calcular o percentual de representatividade de cada uma.

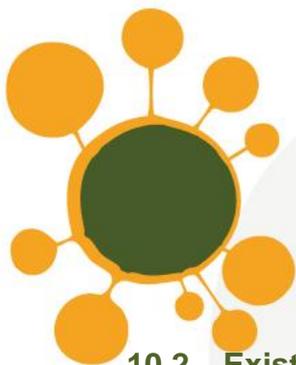
Tabela 7 - Fontes de Recursos dos PANs

Recursos Públicos	Empresas Privadas	Organismos Internacionais	ONGs
ICMBio	Veracel Celulose	GEF Pró Espécies	SAVE Brasil
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP	Parque das Aves		Instituto para Preservação da Mata Atlântica
Polícia Rodoviária Federal - PRF	Programa Empreendedores da Conservação (SPVS e HSBC)		Fundação Grupo Boticário de Proteção a Natureza
Ministério Público do Estado de Alagoas			Conservation Leadership Programme
Polícia Federal - PF			American Bird Conservancy
Sistema Fecomércio Ceará			
Ministério Público do Estado do Ceará			
PUC - Rio Grande do Sul (bolsa pesquisa)			
Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - FMA/CCA			
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ			



EcoSustentare
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207
ecosustentare@gmail.com



10.2. Existência De Orçamentos Públicos ou Outras Fontes de Recursos Previstos para a Implementação dos PATs em Elaboração

Em entrevista realizada com os pontos focais dos PATs em elaboração foi evidente notar que dos 54% que retornaram a pesquisa, 86% informaram não haver, no momento, orçamento público previsto para a implementação dos Planos e 14% informou haver recursos disponível no Plano Plurianual - PPA 2020-2023 para a implementação de Planos de Ação, embora o montante ainda não seja definido.

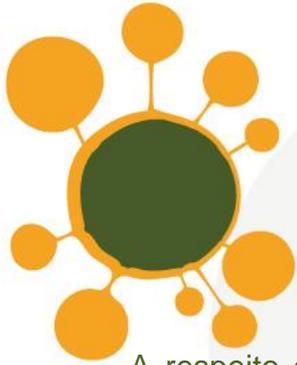
Dentre os 86% que disseram não haver recursos públicos disponíveis no momento, 50% informou haver previsão de recursos de contrapartida para deslocamento, diárias e horas técnicas de servidores envolvidos com as ações do PAT.

Quando questionados sobre outras possíveis fontes de recursos para a implementação, 57% informa contar, a princípio, apenas com os recursos disponíveis do Projeto Pró-Espécies e MMA, 29% dos entrevistados informa que algumas ações serão custeadas por órgãos de fomento à pesquisa e recursos condicionantes a licenciamento e compensação ambiental e TACs (Termo de Ajustamento de Conduta). Apenas 14% informou ainda não saber pois o Plano ainda está em preparação para elaboração.

10.3. Desafios da Captação de Recursos

Com relação aos maiores desafios quanto à captação de recursos foram feitas apenas 02 perguntas aos Coordenadores dos PANs:

- Quais as maiores dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros para a realização dos PANs; e
- Quais linhas temáticas apresentam maior grau de dificuldade para obter financiamento?



A respeito da 1ª pergunta as respostas foram bastante diversificadas, variando desde quem tenha a visão de que há muitas possibilidades de recursos disponíveis e a captação depende mais do interesse dos articuladores, a quem veja falta de uma plataforma que disponibilize relação de editais abertos com calendários, falta de tempo dos colaboradores para escrever projetos, dificuldade para identificar fontes direcionadas à conservação de ecossistemas e espécies ameaçadas, falta de profissionais especializados em captação de recursos e até a falta de consonância dos objetivos dos Planos com os interesses das fontes financiadoras.

Quanto às linhas temáticas de maior dificuldade para captação pode-se destacar as linhas relacionadas a instrumentos legais e comunicação.

Ações como realização de oficinas de monitoria (administração) e contratação de consultores para o desenvolvimento de diagnóstico específico ou para implementação de ações também foram listadas pelos Coordenadores como ações de difícil captação de recursos, o que, muitas vezes, resulta na falta de realização dessas ações.

11. Recursos Disponíveis para Ações Socioambientais

Conforme demonstrado anteriormente, o apoio do Projeto Pró-Espécies, embora significativo, muito provavelmente não será suficiente para a sustentabilidade e perenidade dos PATs, logo será necessário um esforço adicional dos agentes envolvidos nos Planos na busca por recursos complementares.

Buscar recursos ou, tecnicamente, captar recursos, implica em um processo estruturado para solicitar contribuições, financeiras ou não, necessárias ao atingimento dos objetivos de uma organização ou de um projeto, solicitação essa que pode ser feita junto a



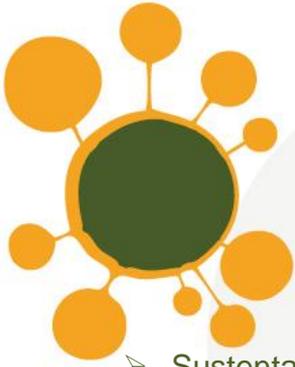
diferentes fontes, tais como indivíduos, empresas, governos ou outras organizações (VERGUEIRO, 2016). Para tanto é fundamental haver pessoas engajadas com os principais objetivos que se pretendem atingir e que tenham consciência de que a busca por recursos depende do desenvolvimento de seus trabalhos, de modo que possam facilmente apresentar aos financiadores os impactos e a transformação gerada pelas ações propostas.

Assim, captar recursos é mostrar os resultados que serão alcançados e convencer pessoas de que o trabalho proposto merece apoio.

Uma das formas mais comuns de captar recursos é por meio da elaboração de projetos, sejam para apresentação direta a prováveis financiadores ou para atendimento à editais. No caso dos Planos de Ação, como é comum a multilateralidade dos agentes envolvidos, certamente, a elaboração de projetos menores que contemplem uma ou mais ações do Plano podem ser uma boa ferramenta de captação de recursos.

Nesse contexto, vale destacar alguns importantes requisitos que devem ser considerados na hora de captar recursos (CRUZ e ESTRAVIZ, 2000):

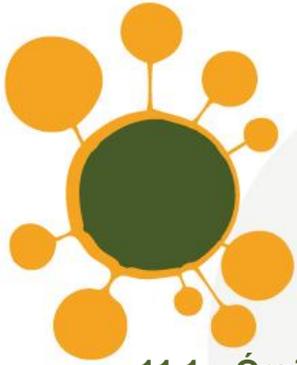
- Missão e causa => importante que a causa a que o Plano se propõe esteja alinhada à missão dos financiadores prospectados, devendo, portanto, ser clara e objetiva;
- Boa gestão do projeto e dos recursos captados => é fundamental que o financiador tenha clareza e segurança sobre como os recursos investidos serão geridos e, principalmente, aplicados de modo que as ações propostas gerem os resultados esperados;
- Responsável pela captação => é importante que todos estejam envolvidos e engajados na busca por recursos, no entanto, é desejável haver um ponto focal para o relacionamento com os financiadores;



- Sustentabilidade => pulverizar as fontes de recursos é, na maioria das vezes, uma boa forma de manter a sustentabilidade de um projeto ou organização, pois depender exclusivamente de uma única fonte aumenta relativamente o risco da sustentabilidade, pois se essa fonte se esgota, por qualquer que seja o motivo, o projeto ou organização, tende a ter sua perenidade comprometida.
- Transparência => prestação de contas que demonstrem claramente a origem e aplicação dos recursos é, inevitavelmente, fundamental para transmitir credibilidade ao projeto, favorecendo a busca por recursos;
- Comunicação => informar o que está sendo feito e como está sendo feito é outro importante fator de credibilidade para o projeto. Nesse ponto específico, vale destacar que os PANs fazem isso com muita maestria publicando as monitorias e avaliações em seus portais eletrônicos;
- Compatibilidade de interesses => outro ponto importante é a compatibilidade de interesses entre os parceiros financiadores e o projeto em si.

Destacados alguns pontos cruciais para a captação de recursos, apresentam-se, a seguir, algumas fontes de financiamento separadamente pela origem dos recursos, divididos entre: público, agências internacionais e iniciativas privadas com e sem fins lucrativos. Por fim, são apresentados também alguns instrumentos legais mais comumente celebrados na obtenção de recursos por cada tipo de financiador.

Vale lembrar que o universo de fontes de recursos para projetos socioambientais é vasto, no entanto, estão sendo apresentadas aqui apenas as fontes que apresentem alinhamento às linhas temáticas mais abordadas pelos Planos de Ação.

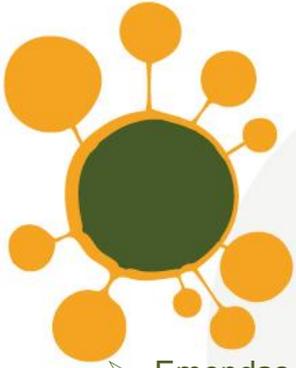


11.1. Órgãos Públicos

Os órgãos públicos municipais, estaduais e federais destinam recursos do orçamento público para o cumprimento de metas de políticas públicas. Os recursos públicos são, de modo geral, provenientes de arrecadações fiscais e sua distribuição é definida pelo PPA, podendo ser voluntários quando fazem parte do orçamento público ou compulsórios quando captados e destinados a determinados fins.

Os recursos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, direcionados ao meio ambiente, podem ser obtidos por diversos meios, a saber:

- Programas Governamentais => previstos no PPA, os programas governamentais estão alinhados com as propostas do governo sendo, portanto, considerados prioritários. O orçamento público federal apresenta uma cesta de programas voltados ao meio ambiente, no entanto, conforme dados do Portal da Transparência, em 2020 o orçamento previsto para o Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais é de R\$ 305 milhões. Dentre as principais ações desse Programa destacam-se: Formulação e Implementação de Estratégias para Promover a Proteção, a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, da Vegetação Nativa e do Patrimônio Genético; Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico; Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira; Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente; e Controle e Fiscalização Ambiental. Os recursos oriundos de Programas Governamentais podem ser acessados por órgãos públicos ou privados sem fins lucrativos por meio de chamamento de editais e seleção de projetos.

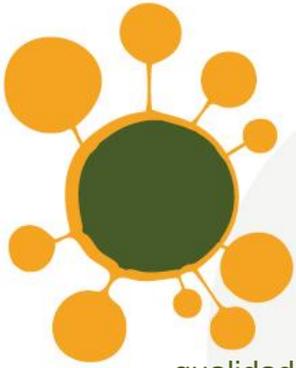


- Emendas Parlamentares => instrumento utilizado pelo Poder Legislativo, previsto no orçamento anual que permite direcionamento dos recursos públicos por meio de emendas. As emendas podem ser apresentadas no âmbito federal, estadual e municipal, cada qual com diretrizes específicas. De acordo com a Portaria Interministerial nº43 de 04/02/2020, que dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, os recursos poderão ser executados por transferência especial (“repassados diretamente ao beneficiado independente de celebração de convênio ou instrumento congêner”) ou por transferência com finalidade definida (“vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e aplicados nas áreas de competência constitucional da União”). Em 2019, de acordo com dados do painel do Siga Brasil, foram executadas mais de 17 mil emendas parlamentares, totalizando R\$ 10 bilhões. Desse total 0,02% (R\$ 2,3 milhões) foram para o Ministério do Meio Ambiente, sendo R\$ 405 milhões para apoiar projetos de desenvolvimento sustentável e R\$ 460 mil para gestão de uso sustentável da biodiversidade.
- Compensação Ambiental => potencial fonte de recursos para ações ambientais, a compensação ambiental, é instituída pela Lei Federal 9.985/2000, determina diretrizes de compensação que empresas devem considerar para minimizarem e restituírem os impactos gerados por seus empreendimentos ao meio ambiente, identificados em processos de licenciamento ambiental. Os recursos oriundos da compensação ambiental devem ser direcionados à UCs existentes ou à criação de novas. O Decreto Federal nº 4.340/2002 regulamenta a priorização para a aplicação dos recursos na seguinte ordem: regularização fundiária e demarcação de terras; elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade; desenvolvimento de



estudos necessários à criação de novas unidades de conservação; e desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação. Cabe às câmaras de compensação ambiental federal ou estaduais a definição das UCs que receberão o recurso. A compensação ambiental também ocorre em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) sob interveniência do Ministério Público.

- Multas Administrativas e Sansões Judiciais => outra fonte de recursos públicos é proveniente de autuações contra crimes ambientais e infrações administrativas. Regulamentada pelas Leis 9.605/98 e 7.347/98, os recursos provenientes de multas por infrações ambientais deverão ser destinados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) ou outros fundos estaduais e municipais de meio ambiente. No decorrer desse estudo serão abordados alguns fundos e os meios de acesso a seus recursos.
- Cobrança de Tributos => de acordo com a Constituição Federal, União, estados e municípios podem cobrar tributos pela utilização de serviços públicos. Um exemplo de instrumentos tributários para políticas ambientais é o ICMS Ecológico, taxas de licenciamento para empreendimentos, taxas de turismo, entre outras. A destinação precisa ser definida em Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM => instituída pela Lei 7.990/89 a CFEM é mais uma fonte de recursos para os órgãos públicos originários na industrialização ou comercialização de mineral. Assegurados pela Constituição Federal os municípios, estados e União podem receber participação nos resultados obtidos com exploração de recursos minerais em seus territórios, tais como recursos hídricos para fins de geração de energia, gás, petróleo e outros. Os recursos assim originários são investidos em projetos voltados, entre outros, à melhoria da



qualidade ambiental. A Lei 13.540/2017, que altera a Lei 7.990/89, orienta que pelo menos 20% dos recursos que cabem aos estados e municípios sejam destinados a atividades relativas ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico e impede a destinação para pagamento de dívidas e despesas com pessoal. Tal como outros recursos públicos, seu direcionamento é definido em Lei Orçamentária Anual (LOA).

- Royalties de Petróleo e Gás Natural => também instituído por lei federal, os estados e municípios produtores de petróleo e gás natural recebem royalties, que são o valor pago a um proprietário pelo direito de uso, exploração ou comercialização de um bem. A Lei 12.734/2012 em seu Art. 50, determina que os recursos sejam destinados, entre outros, para área de meio ambiente, por meio de Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Licenciamento Ambiental => instituído pela Lei Federal 6.938/1981 é um mecanismo de gestão pública regulador de impactos ambientais causados por empreendimentos e outra importante fonte de recursos públicos destinados à melhoria do meio ambiente.
- Doações => as doações também têm sido importante fontes de recursos para os órgãos públicos. A Lei 9.985/2000 estabelece que os órgãos responsáveis por unidades de conservação podem receber doações de qualquer natureza, provenientes de organizações públicas, privadas ou pessoas físicas.
- Patrocínios => os órgãos públicos podem realizar parcerias com o setor privado onde as empresas patrocinem ações ambientais em prol da veiculação de suas marcas, como exemplo pode-se citar uma parceria do JBRJ com empresas locais no orquidário e roseiral.



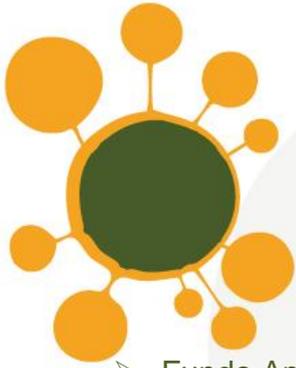
Esses são alguns exemplos de fontes de recursos públicos que podem ser destinados para ações de meio ambiente, tanto no âmbito municipal, estadual e federal, conforme previsões legais. No entanto, é fundamental que os gestores públicos tenham atitudes proativa na articulação de recursos, sempre norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública.

Grande parte desses recursos é destinada via orçamento público e comumente transitam por fundos para então serem destinados às ações alinhadas às políticas públicas. Nesse sentido, os fundos se tornam importantes instrumentos de gestão para a aplicação dos recursos, promovendo maior transparência e controle. A seguir estão descritos alguns importantes fundos de financiamento ambiental.

➤ Agência Nacional das Águas – ANA

Criada pela Lei nº9.984/2000 é uma autarquia sob regime especial que tem a função de disciplinar a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei nº 9.433/1997. Também conhecida como Lei das Águas, a PNRH criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), de caráter descentralizador e participativo, integra União e estados e constitui comitês com a participação de instâncias públicas, usuários e sociedade civil para a gestão dos recursos hídricos. O SINGREH é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRQA), Agência Nacional das Águas, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), entidades estaduais, Comitê de Bacia Hidrográfica e Agências de Água. Apóia financeiramente projetos voltados ao uso sustentável de recursos hídricos, selecionados por meio de chamadas públicas e firmados por meio de convênios. Maiores informações podem ser acessadas no site da agência em www.ana.gov.br/programas-e-projetos.



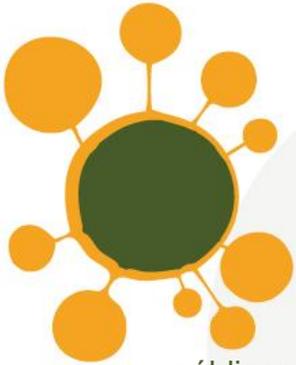


➤ Fundo Amazônia

Estabelecido em 2008 e gerido pelo BNDES, é considerado como fundo de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+). Realiza investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção e combate ao desmatamento e promoção da conservação e uso sustentável das florestas do bioma Amazônia, mas pode utilizar até 20% de seus recursos para outros biomas. A captação de recursos para o fundo cabe ao BNDES, que também se incumbem pela contratação e monitoramento de projetos apoiados. Dentre as principais linhas temáticas de apoio, destacam-se: fiscalização ambiental, manejo florestal, regularização fundiária e conservação e uso sustentável da biodiversidade. Os recursos podem ser acessados por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, Ongs, universidades e internacionalmente por países amazônicos por meio de chamadas públicas ou entidades aglutinadoras, que são entidades proponentes que coordenam um arranjo de subprojetos de outras entidades (aglutinadas), sendo responsáveis pela gestão física e financeira do projeto. Maiores informações podem ser acessadas pelo site do fundo em <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/>

➤ Fundo de Direitos Difusos – FDD

Criado pela Lei 7.347/85 e vinculado ao Ministério da Justiça, o FDD apoia projetos para manutenção dos direitos e interesses difusos e coletivos, tais como bens e direitos de valor artístico, turístico; consumidor e meio ambiente. Com recursos provenientes de ações públicas de direitos difusos e coletivos, multas e indenizações dos interesses dos portadores de deficiência, doações e outros, financia ações relacionadas à conservação do meio ambiente, proteção e defesa do consumidor, dentre outras de direitos difusos. Os recursos podem ser acessados por órgãos



públicos federais, estaduais ou municipais e Ongs por meio da abertura de processo seletivo para projetos. Maiores informações podem ser obtidas no site do fundo em www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos (as chamadas de projetos costumam ficar no índice Notícias desta página).

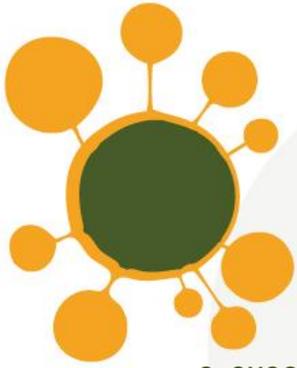
➤ Fundo de Mudanças Climáticas – Fundo Clima

Instituído pela Lei 12.114/2009 o Fundo Clima é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Vinculado ao MMA, o fundo financia projetos e pesquisas voltados à redução de impactos causados por mudanças climáticas.

Seus recursos provêm do orçamento do MMA e é destinado a projetos reembolsáveis (pelo BNDES) e não reembolsáveis (pelo ministério), dentre as áreas temáticas de aplicação destaca-se adaptação da sociedade e ecossistemas, com ações voltadas ao manejo florestal, recuperação de áreas de preservação permanente, entre outras. O apoio é realizado por meio da seleção de projetos de modo dirigido (o proponente é designado para executar o projeto) ou, como a maioria dos casos, por livre concorrência (edital de chamamento). Maiores informações nos sites do MMA <https://www.mma.gov.br/clima/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima.html> ou do BNDES <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/fundo-clima>

➤ Fundo Nacional de Compensação Ambiental – FNCA

Regido pela Lei 13.668/2018 o FNCA foi criado, em 2005 pelo MMA e Ibama em cooperação com a Caixa Econômica Federal (CEF), com o objetivo de garantir adequada aplicação dos recursos oriundos de compensação ambiental nos processos de licenciamento federal. As linhas temáticas de ações destinam, exclusivamente, às áreas protegidas municipais, estaduais e federais. Os critérios e diretrizes para gestão



e execução do fundo compete ao ICMBio e são regulamentadas pela Portaria nº 1039/2018. O fundo está em fase inicial de estruturação e não há dados para acesso.

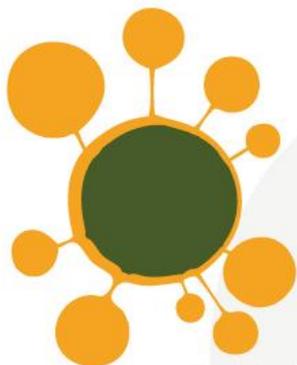
➤ Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF

Criado pela Lei 11.284/2006 e gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o fundo tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis. Os recursos do fundo são provenientes de arrecadações com concessões florestas, doações de entidades públicas ou privadas e verbas parlamentares. Podem ser acessados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais e Ongs para ações voltadas à recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e aproveitamento sustentável de recursos florestais. O acesso é feito pela seleção de projetos por meio de chamadas públicas ou editais. Um diferencial desse fundo é que após a seleção os projetos são contratados por meio de licitação pública, via pregão, um meio que tem se mostrado bastante ágil. De modo geral, a duração dos projetos pode ser mensal ou anual e, em caso de convênios, podem chegar a 05 anos. Maiores informações podem ser acessadas no site do SFB em www.florestal.gov.br/desenvolvimento-florestal

➤ Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA

Criado pela Lei 7.797/1989, o fundo é uma unidade do MMA e tem a missão de apoiar projetos alinhados à Política Nacional de Meio Ambiente, destacando-se dentre as principais linhas temáticas a conservação e o manejo da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos. Os recursos podem ser acessados por órgãos públicos municipais, estaduais ou federais e por Ongs por meio da apresentação de projetos por demanda espontânea ou demanda induzida (abertura de editais ou termos de referência). Maiores informações podem ser obtidas no site do MMA em www.mma.gov.br/fundo-nacional-do-meio-ambiente.



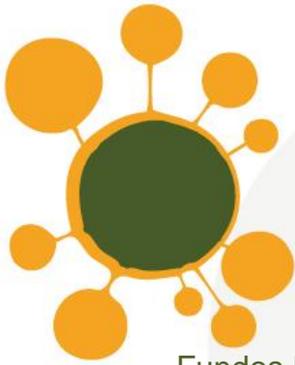


➤ Fundo Social do BNDES

Constituído pelo próprio BNDES com parte de seus lucros anuais e tem o objetivo de apoiar projetos de caráter social. Dentre as diversas linhas temáticas de atuação estão ações de meio ambiente. Os recursos podem ser acessados por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos para investimentos fixos em máquinas e equipamentos, capacitação, capital de giro e despesas pré-operacionais, tais como: despesas com elaboração de projetos, estudos, licenciamento ambiental, serviços cartorários e outras. Maiores informações em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-social>.

➤ Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal – FSA Caixa

Criado pela CEF em 2010 com recursos próprios, o fundo está direcionado a apoiar projetos e investimentos socioambientais voltados à população de baixa renda em todo território nacional onde há empreendimentos voltados ao Programa Minha Casa Minha Vida. Operado por unidades regionais da CEF que analisam e acompanham os projetos e suas prestações de contas. O acesso aos recursos pode ser feito por instituições públicas ou privadas por meio da seleção pública de projetos, apoio às políticas internas (projetos estratégicos propostos por entidades externas doadoras ou repassadoras de recursos ao fundo), ou incentivo a negócios sustentáveis. Dentre as linhas temáticas de apoio destaca-se a gestão ambiental. Considerando que um dos grandes fatores de riscos das espécies em extinção é a perda de habitat natural pelo crescimento e desenvolvimento urbano e destacando-se as ações direcionadas ao desenvolvimento territorial sustentável, ações dos PATs podem ser facilmente alinhadas aos temas de apoio desse fundo. Maiores informações podem ser obtidas no Guia de Orientações – Fundo Socioambiental Caixa que pode ser baixado em <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx> (letra F).



Fundos Estaduais

Sabe-se que as unidades estaduais e municipais podem constituir fundos associados às suas políticas públicas. Em 2005 o MMA realizou, por meio do FNMA, uma pesquisa para ter um panorama dos fundos socioambientais estaduais, na qual foram identificados 26 fundos de meio ambiente legalmente constituídos. Em 2014 o MMA, por meio do FNMA, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do FNDF realizou nova pesquisa para atualizar o panorama dos fundos socioambientais estaduais. Desta vez, foram identificados 25 fundos ambientais dos quais apenas 2/3 encontraram-se ativos na época da pesquisa, findada em janeiro de 2015.

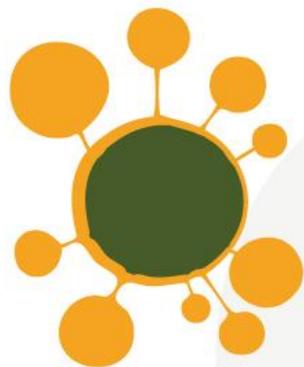
De um modo geral, é comum que os fundos municipais e estaduais apresentem fragilidades de gestão, uma delas é a falta de diretrizes claras para a distribuição dos recursos, dificultando o processo de apresentação de projetos.

Para o presente estudo foram analisados apenas os fundos estaduais de meio ambiente dos 13 estados envolvidos no Projeto Pró-Espécies, em operação, que apresentam relação com as linhas temáticas mais abordadas nos PANs analisados. Ressalta-se que pode haver outros fundos estaduais desses e de outros estados, ativos e inativos, que não foram contemplados por esse estudo por não apresentarem diretrizes de apoio a temas relacionados aos Planos de Ação em questão.

Estado do Amazonas

➤ Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA/AM

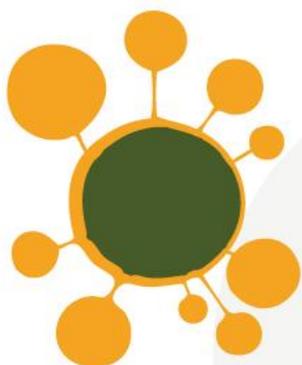
Criado em 2005 pela Lei Estadual nº2.985 e alterado pela Lei Complementar 187/2018, a qual prevê que os recursos do Fundo sejam destinados à realização de atividades conservação,



recuperação, melhoria, educação, monitoramento e fiscalização ambiental. O fundo é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AM e gerido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (CEMAAM), conforme regimento interno aprovado pela Resolução/CEMAAM nº31/2019. Os recursos do FEMA poderão ser repassados aos órgãos municipais e estaduais, consórcios de municípios, comitês de bacias hidrográficas, entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, todos atuantes na temática ambiental. A solicitação será realizada por meio de projetos, por demanda espontânea ou edital e serão apreciados pelo CEMAAM. Em janeiro de 2020 o saldo disponível do fundo somava R\$ 13 milhões. Informações em <http://meioambiente.am.gov.br/conselho-estadual-do-meio-ambiente-cemaam/>

➤ Fundo Estadual de Recursos Hídricos

A Portaria SEMA nº120/2019 aprova o Regimento Interno do Fundo, instituindo a Comissão Gestora do Fundo Estadual de Recursos Hídricos responsável pela coordenação do fundo. O fundo tem o objetivo de promover a melhoria e proteção dos corpos d'água e suas bacias hidrográficas. Os recursos serão aplicados por meio de acordos, convênios, contratos administrativos, termos de cooperação técnica e financeira pelos órgãos públicos estaduais e municipais, bem como pelas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Dentre as linhas temáticas destacam-se: educação ambiental, recuperação ambiental, conservação da biodiversidade, unidades de conservação e desenvolvimento institucional. Os recursos serão repassados por meio de projetos, por demanda espontânea ou editais. Os projetos de demanda espontânea deverão ser endereçados ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Informações em <http://meioambiente.am.gov.br/conselho-estadual-de-recursos-hidricos/>.



Estado da Bahia

➤ Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA

Vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, criado pela Lei nº10.431/2006, alterado pela Lei nº12.377/2011 e regulamentado pelos Decretos 11.235/2008 e 12.353/2010, o fundo tem o objetivo de financiar a execução da Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção da Biodiversidade. Sua gestão é feita pelo Conselho Deliberativo. Dentre as linhas temáticas de destinação destacam-se: estudos e pesquisas, recuperação ambiental, medidas compensatórias, projetos de desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Apóia projetos por meio de demanda espontânea ou editais. Informações em <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=208>

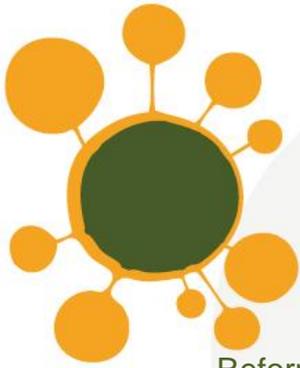
➤ Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA

Vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, criado pela Lei nº8.194/2002, alterado pelas Leis nº11.612/2009 e 12.377/2011, tem o objetivo de prover suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos. Sua gestão é feita pelo Conselho Deliberativo. Dentre as linhas temáticas de destinação destacam-se: estudos, programas, projetos, pesquisa e obras no setor de recursos hídricos; educação ambiental para uso sustentável das águas; comunicação, mobilização, participação e controle social para o uso sustentável das águas. Informações em <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=208>

Estado do Espírito Santo

➤ Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUNDEMA





Reformulado pela Lei Complementar nº513/2009 o fundo tem o objetivo de dar sustentação à Política Estadual de Meio Ambiente apoiando planos, programas e projetos voltados à educação ambiental, recuperação ambiental e preservação de áreas de interesse ecológico. Dentre as linhas temáticas destacam-se: proteção e conservação de espécies ameaçadas de extinção, recuperação de áreas degradadas, unidades de conservação e áreas protegidas. A gestão do fundo é deliberada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA. Informações em <https://seama.es.gov.br/fundema>

➤ Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestas do Espírito Santo – FUNDÁGUA

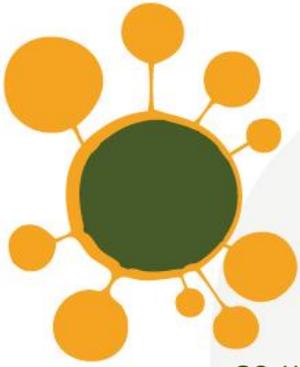
Administrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, o fundo foi criado pela Lei Estadual nº8.960/2008, reformulado pela Lei Estadual nº9.866/2012 e alterado pela Lei Estadual nº10.557/2016 e tem por objetivo promover suporte financeiro à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Por meio do apoio a ações, programas e projetos, destacando-se os direcionados à manutenção, recuperação e ampliação da cobertura florestal. Informações em <https://seama.es.gov.br/fundagua>.

Estado de Goiás

➤ Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA/GO

Vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, o fundo foi criado pela Lei Estadual nº12.603/1995 e regulamentado pela Lei Complementar nº20/1996 e pelo Decreto nº4.470/1995 e tem o objetivo de apoiar projetos voltados





ao uso sustentável dos recursos naturais e manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Projetos são avaliados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, cabendo ao Secretário de Estado do Meio Ambiente o repasse dos recursos. De 2018 a 2019 transitou pelo fundo o montante de R\$43,6 milhões. Em dezembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) moção solicitando que os recursos do fundo sejam destinados a ações ambientais. Informações em <http://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos-h%C3%ADdricos/financiamento-%C3%A0-projetos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel.html>.

Estado do Maranhão

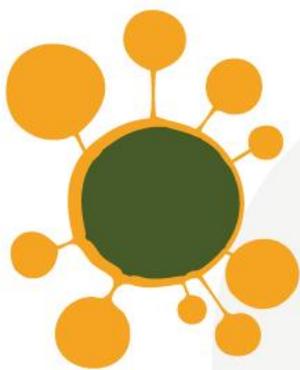
➤ Fundo Especial de Meio Ambiente – FEMA/MA

Instituído pela Lei Estadual nº5.405/1992 e regulamentado pelo Decreto nº22.383/2006, o fundo tem a finalidade de apoiar planos, programas e projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais e é administrado por um Conselho Gestor. Projetos do setor público e de organizações sem fins lucrativos poderão ser apoiados por recursos do fundo, devendo ser submetidos à apreciação do Conselho Gestor. Informações em http://stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=2039

Estado de Minas Gerais

➤ Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO





O fundo tem o objetivo de dar suporte financeiro a programas, projetos e ações que promovam a racionalização do uso e a melhoria dos recursos hídricos. O fundo realiza financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, sendo que nesse caso o mínimo de 10% do valor do projeto deverá ser em contrapartida do proponente. Podem pleitear recursos do fundo órgãos públicos estaduais e municipais, Ongs, organizações técnicas de pesquisa e ensino e associação de usuários hídricos. Informações em <http://www.igam.mg.gov.br/fhidro> .

➤ Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – FUNDIF

Criado pela Lei nº14.086/2001, o fundo “tem por objetivos promover a reparação de danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos”. Os recursos são aplicados na recuperação do bem, na promoção de eventos educativos e científicos, entre outros. Podem requerer o recurso órgãos públicos estaduais e municipais e Ongs. Informações em <http://direitoshumanos.social.mg.gov.br/pagina/fundos/fundif> .

Estado do Paraná

➤ Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA

Instituído pela Lei nº 12.945/2000 e alterado pela Lei nº 20.087/2019, o FEMA/PR tem a finalidade de financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente. O fundo é administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP e de acordo com o artigo 5º da Lei nº 20.087/2019, educação ambiental, controle e monitoramento



ambiental, recuperação e restauração ambiental, proteção dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, Unidades de Conservação, desenvolvimento florestal e pesquisa são algumas das ações consideradas prioritárias para utilização dos recursos do fundo, os quais poderão ser acessados por órgãos públicos estaduais e municipais e entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos do FEMA.

Estado do Rio Grande do Sul

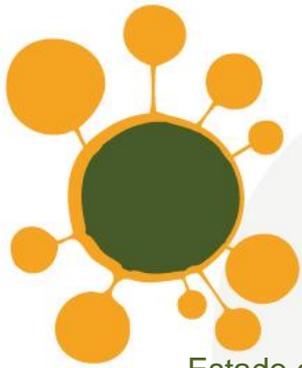
➤ Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA

Criado pela Lei nº10.330/1994 e regulamentado pelos Decretos nº38.543/1998, nº39.935/2000 e nº53.507/2017 tem a finalidade de financiar projetos que visem o uso sustentável do meio ambiente, melhoria, manutenção e recuperação ambiental. Os recursos destinam-se aos órgãos ambientais estaduais, podendo ser repassados aos municípios e Ongs mediante projetos aprovados pelo Conselho Gestor. Informações em <https://www.sema.rs.gov.br/conselho-gestor-do-fema>

➤ Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO

Regulamentado pelo Decreto nº54.186/2018 e vinculado à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação – SEAPI, o FUNDEFLO tem o objetivo de arrecadar recursos para executar a Política Agrícola Estadual para Florestas Plantadas. Os recursos poderão ser destinados, mediante convênio, a órgão públicos federais, estaduais e municipais, organizações nacionais e internacionais, públicas ou privadas, cujos objetivos sejam relacionados à política agrícola estadual para florestas plantadas e seus produtos. Informações em <https://www.agricultura.rs.gov.br/fundos-de>





Estado do Rio de Janeiro

➤ Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM

Criado pela Lei nº1.060/1986 e alterado pelas Leis nº2.575/1996, nº3,520/2000 e nº4.143/2003 tem o objetivo de financiar projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano. Gerido por um Conselho Superior, os recursos são aplicados nas linhas temáticas: gestão ambiental e biodiversidade, infraestrutura verde, saúde e educação ambiental. Informações em http://www.fecam.rj.gov.br/sfon_consultas.php.

➤ Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI

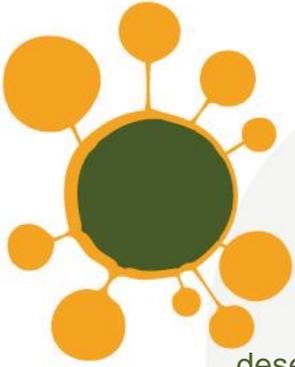
Regulamentado pelo Decreto nº35.724/2004 o fundo é gerido pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA) e tem o objetivo de financiar a implementação de instrumentos de gestão, o desenvolvimento das ações, programas e projetos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacia Hidrográfica. 90% dos recursos devem ser aplicados na Região Hidrográfica que os gerou, em ações e projetos constantes do Plano de Investimentos aprovado pelo respectivo Comitê de Bacia, e os outros 10%, no órgão gestor de recursos hídricos do Estado. Informações em <http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/sobre-o-fundrhi/>.

Estado de Santa Catarina

➤ Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente – FEPEMA

Instituído em 1981 e vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, o fundo tem o objetivo de apoiar o estudo,





desenvolvimento e execução de programas e projetos que visem a conservação, a recuperação e a melhoria da qualidade ambiental. Apoia projetos por demanda induzida (editais) ou espontânea que podem ser acessados por órgãos municipais, associações de municípios e consórcios intermunicipais, instituições de ensino e pesquisa, instituições sem fins lucrativos com mais de 12 meses de constituição, entre outros. Dentre as linhas temáticas de apoio destacam-se: utilização sustentável da fauna e flora, áreas legalmente protegidas, conservação e monitoramento ambiental, educação ambiental e fiscalização ambiental. Informações em

http://www.fepema.sc.gov.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1 .

➤ Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO

Regulamentado pelo Decreto nº 2.648/1998 o fundo tem o objetivo de apoiar estudos, implementação e manutenção de projetos de aproveitamento e gestão dos recursos hídricos do Estado, dentre as linhas temáticas de apoio destacam-se: estudos, pesquisas e levantamentos hídricos e fomento a projetos de aproveitamento de recursos hídricos. O recurso poderá ser acessado por órgãos municipais em conjunto ou não com o Estado, em programas de estudos e pesquisas, entre outros. Informações em <http://www.aguas.sc.gov.br/fehidro/o-fehidro> .

Estado de São Paulo

➤ Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA

Vinculado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), criado



pela Lei nº 13.155/2001 e regulamentado pelos Decretos nº 52.153/2011 e nº 52.388/2011, o fundo tem o objetivo de apoiar projetos voltados ao uso sustentável dos recursos naturais, manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, pesquisa e atividades ambientais de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente. Sua gestão é realizada pela Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC). Os recursos podem ser acessados por órgãos públicos e Ongs por meio de editais ou demanda espontânea, apresentando propostas à Comissão Técnica de Avaliação de Planos Programas e Projetos (CAV).
Informações em

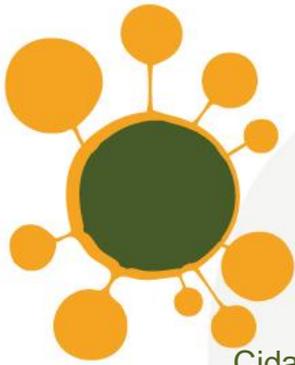
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/confema/index.php?p=3299.

➤ Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO

Vinculado à Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos é a instância econômico-financeira do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) e é operado pelo Departamento de Operacionalização do Fundo. Seu objetivo é dar suporte à Política Estadual de Recursos Hídricos, por meio do financiamento de programas e ações na área de recursos hídricos. Os recursos podem ser acessados por órgãos públicos do Estado e municípios, concessionárias de serviços públicos, consórcios intermunicipais, Ongs e empresas do setor privado. Os proponentes devem procurar as Secretarias Executivas dos Comitês de Bacia e elaborar documentação necessária. Informações em <http://fehidro.sp.gov.br/portal/sobre>

➤ Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID

Criado pela Lei nº 6.536/1989 e vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da

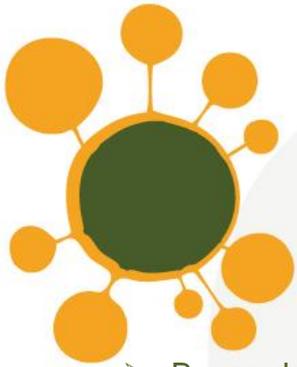


Cidadania o fundo tem o objetivo de gerir recursos voltados à reparação dos danos ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado. Os recursos podem ser acessados por órgãos públicos estaduais e municipais e Ongs por meio de editais de chamamento. Informações em <http://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/fundo-estadual-de-defesa-dos-interesses-difusos/> .

Além dos recursos públicos ora relacionados, há alguns bancos estatais que também apresentam programas de investimento reembolsáveis e não reembolsáveis voltados a ações ambientais.

➤ Banco do Nordeste

Maior banco de desenvolvimento regional atua como agente catalisador do desenvolvimento sustentável no Nordeste. Apresenta algumas linhas de financiamento com foco em sustentabilidade, tais como: FNE Água; FNE Verde; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Financiamento ao Manejo Florestal Sustentável da Caatinga; Programas de crédito para o setor público voltados ao desenvolvimento; Programa Fundeci - projetos de estudos e pesquisas; Apoio a projetos sociais para entidades sem fins lucrativos. Os recursos são acessíveis a organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Informações em <https://www.bnb.gov.br/investimentos-sociais-e-esportivos> <https://www.bnb.gov.br/responsabilidade-socioambiental/linhas-de-credito> <https://www.bnb.gov.br/governo/credito> ; <https://www.bnb.gov.br/agronegocio/credito-de-longo-prazo>



➤ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

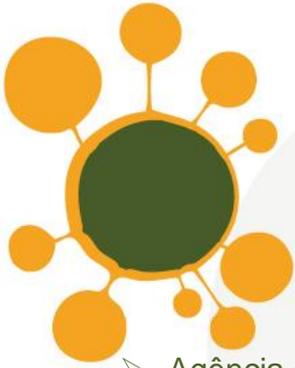
Por meio do Instituto de Cidadania dos Empregados do BDMG – Indec, apoia técnica ou financeiramente ações de responsabilidade social nos setores de educação, meio ambiente por meio de seleção de projetos ou apoio a entidades parceiras do estado de Minas Gerais. Detalhes em <https://indec.org.br/indec-apoia/>

➤ Caixa Econômica Federal – CEF

A CEF também apresenta alguns linhas como: Programa Meio Ambiente e Saneamento, direcionado ao setor público e entidades da sociedade civil, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida, por meio das seguintes modalidades: Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário, Brasil Joga Limpo, Saneamento Ambiental e Urbano, Gestão de Recursos Hídricos, Bacia do Rio Paraíba do Sul, Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Sistema de Drenagem Urbana Sustentável, entre outros. Para fins desse estudo, cabe destacar a modalidade Brasil Joga Limpo que visa viabilizar projetos no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente por meio do repasse de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) à municípios e concessionárias estaduais e municipais conforme diretrizes do FNMA. Maiores informações podem ser acessadas em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/meio-ambiente-saneamento/Paginas/default.aspx> .

11.2. Agências Internacionais

Amparadas em acordo básico de cooperação firmadas pelo governo, as agências internacionais atuam em atividades de cooperação bilateral e multilateral. As atividades são estabelecidas por meio de convênios bilaterais com instituições congêneres de outros países e objetivam a transferência de conhecimentos e experiências em campos estratégicos.



➤ Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA

Fornecer cooperação técnica a países em desenvolvimento, dentre as diversificadas linhas de apoio estão atividades voltadas ao meio ambiente, tais como: recursos hídricos, recursos e energia, desenvolvimento agrícola e rural, pesca, gestão ambiental, medidas de mudança climática e, principalmente, conservação do meio ambiente natural (manejo florestal sustentável e contramedidas às mudanças climáticas por meio dele, resiliência sustentável e melhoria dos meios de subsistência por meio do uso de recursos naturais e conservação da biodiversidade por meio do manejo de áreas protegidas e zonas-tampão). Com escritório no Brasil, localizado na cidade de São Paulo, uma das formas de cooperação da JICA é com Ongs e Governos locais por meio do “Projeto de Cooperação Técnica de Base”. Para Ongs há dois tipos de apoio: parceiro de base limitado a \$ 100 milhões de ienes por 5 anos e cooperação de base limitado a \$ 10 milhões de ienes por 3 anos. Para Governos locais o apoio é por meio de proposta regional, limitando-se a \$ 30 milhões de ienes por 3 anos. Maiores detalhes no site da agência:

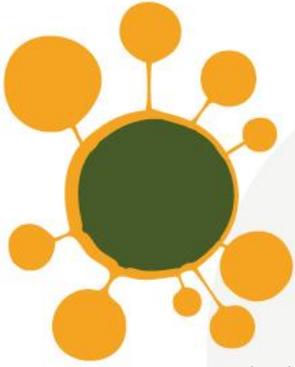
<https://www.jica.go.jp/activities/evaluation/index.html>.

➤ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID

Voltada para o desenvolvimento internacional com foco em “salvar vidas, reduzir a pobreza, fortalecer a governabilidade democrática e ajudar as pessoas a progredir além da assistência”. Dentre as linhas de atuação está o meio ambiente com destaque para ações voltadas à conservação da biodiversidade e florestas, estrutura e gerenciamento de recursos ambientais e naturais, gestão de conhecimento em Meio Ambiente e Recursos Naturais, entre outros.

A USAID trabalha em parcerias com governos locais, Ongs, empresas privadas com fins lucrativos, universidades, cooperativas, entre outros, por meio de doações,





contratos ou acordos de cooperação. As estratégias e políticas próprias para parceria podem ser encontradas no site da agência: <https://www.usaid.gov/work-usaid/how-to-work-with-usaid>.

➤ Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

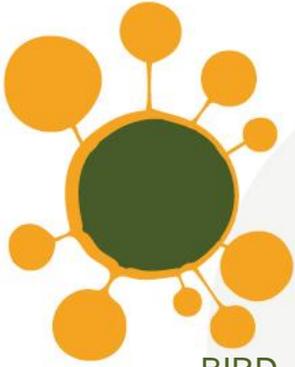
Importante fonte de financiamento para a América Latina e Caribe, por meio de doações, assistência técnica ou empréstimos, o BID apoia diversas linhas de atuação, dentre elas projetos direcionados ao meio ambiente, destacando-se como temas transversais mudança climática e sustentabilidade ambiental. Atuando em 587 projetos em mais de 20 países, no Brasil o BID apoia atualmente 79 projetos.

Nos últimos 05 anos investiu mais de USD 297 milhões em projetos voltados ao meio ambiente. Entre seus os principais parceiros estão governos e Ongs. O acesso pode ser por meio de chamadas de projetos ou parceria direta. As diretrizes para colaboração estão no site da agência: <https://www.iadb.org/en/partnership/partnerships-idb> .

➤ Banco Mundial

É uma agência das Nações Unidas, está presente em mais de 170 países e tem seu foco voltado à redução da pobreza, aumento da prosperidade compartilhada e promoção do desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. o Grupo Banco Mundial engloba 05 instituições: Associação Internacional de Desenvolvimento – AID (fornece empréstimos e doações), Corporação Financeira Internacional – IFC (investimentos no setor privado e serviços de consultoria), Agência Multilateral de Garantias de Investimentos – MIGA (seguro contra riscos políticos), Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos – ICSID (resolve disputas de investimentos) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento





- BIRD (desenvolvimento financeiro e financiamento de políticas). Oferecendo diversificada gama de produtos financeiros, o banco já financiou mais de 12 mil projetos de desenvolvimento, desde sua constituição, por meio de empréstimos reembolsáveis e não reembolsáveis e doações. Em 2016 o banco redefiniu sua lista de linhas temáticas, destacando-se entre elas a Gestão de Recursos Ambientais e Naturais. Todos os países-membro podem apresentar propostas de projetos por meio de acordo de empréstimo/doação que é um instrumento bilateral, ratificado pelo Senado Federal, que estabelece procedimentos de utilização dos recursos. Informações em <https://www.worldbank.org/en/work-with-us>.

➤ Charles Stewart Mott Foundation

Fundada há 90 anos nos Estados Unidos, a fundação tem mais de USD 3 bilhões em ativos, está em 03 países atuando com organizações locais em diversas linhas incluindo ações ambientais que promovam sustentabilidade. A fundação já doou mais de USD 3 bilhões para organizações de 62 países. Diretrizes para solicitação de recursos estão detalhadas no site da fundação: <https://www.mott.org/grantee-resources/>.

➤ Comissão Europeia

Composta por 27 comissários que juntos decidem estratégias e prioridades da Comissão. Organizada por Direções-Gerais (DGs) que geram os programas instituídos pela Comissão, os quais estão distribuídos em 54 serviços/agências de execução. Dentre eles está a DG/ENV voltada a políticas de proteção ambiental, com destaque a estratégia de biodiversidade voltada a ações de proteção de espécies e habitats, restauração de ecossistemas, agricultura e silvicultura sustentáveis, pesca sustentável, combate a espécies exóticas invasoras e redução da perda da biodiversidade global.





Financia projetos dentro e fora da União Europeia por meio de subvenção (apresentação de propostas), contrato de aquisição (por concursos) ou financiamentos por meio de empréstimos. Detalhes sobre convite para apresentação de propostas no site da Comissão: https://ec.europa.eu/info/aid-development-cooperation-fundamental-rights_pt.

➤ Fauna & Flora International

Com mais de 100 anos é uma organização internacional de conservação da vida selvagem voltada à proteção da biodiversidade. Atuando em modelo de parceria, dentre as abordagens destaca-se a conservação de espécies e habitats. Possui mais de 150 projetos espalhados em mais de 40 países. Detalhes sobre parceria podem ser encontrados no site da organização: <https://www.fauna-flora.org/support/trusts-foundations/>.

➤ Foundation for Deep Ecology

Sediada nos Estados Unidos, a fundação apoia a educação e *advocacy* direcionados à natureza selvagem, com foco em 03 principais áreas: biodiversidade e natureza, agricultura ecológica e globalização e megatecnologia. Apoia projetos de infraestrutura intelectual, publicações, além de realizar doações para entidades sem fins lucrativos que atuam em prol da conservação da natureza e da vida selvagem. Maiores informações podem ser obtidas no site da fundação: www.deepecology.org.

➤ Global Environment Facility (GEF)

Criado em 1992 com o objetivo de contribuir com a resolução dos problemas ambientais do planeta, o GEF forneceu quase US\$ 20 bilhões em doações e mobilizou US\$ 107 bilhões adicionais em cofinanciamento para mais de 4.700 projetos em 170



países. Por meio de seu Programa de Pequenas Doações, o GEF apoiou quase 24.000 iniciativas da sociedade civil e da comunidade em 128 países. Podem requerer apoio órgãos governamentais, Ongs, empresas do setor privado, instituições de pesquisa, entre outros. Dentre as linhas de atuação destacam-se: Biodiversidade, Produtos Químicos e Resíduos, Alterações Climáticas, Florestas, Águas Internacionais, Degradação do Solo, Comércio Ilegal de Animais Selvagens, entre outras. Para a biodiversidade o foco de atuação é: proteção de habitats e espécies, integração da biodiversidade entre setores e desenvolvimento de políticas de biodiversidade e estruturas institucionais. O GEF atua por meio de colaboração com agências que criam propostas de projetos e os gerenciam, apoiando governos elegíveis e Ongs no desenvolvimento, implementação e execução de seus projetos. São 18 as instituições que atuam como agências do GEF, dentre elas: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (com experiência no uso sustentável da biodiversidade agrícola, bioenergia, biossegurança e desenvolvimento sustentável em paisagens); Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (financia operações relacionadas a áreas protegidas, recursos marinhos, biotecnologia florestal, entre outros); Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA (ações voltadas à degradação da terra, desenvolvimento rural sustentável, ecossistemas, entre outros); Conservation International - CI (áreas focais da biodiversidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, degradação da terra e águas internacionais); Fundo Brasileiro de Biodiversidade – FUNBIO (fornecer recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade); União Internacional para Conservação da Natureza – IUCN (autoridade global sobre o status do mundo natural e as medidas necessárias para salvaguardá-lo); e World Wildlife Fund - WWF-US (líder em conservação participa do desenho ou execução de mais de 100 programas e projetos do GEF). Informações sobre financiamento em <https://www.thegef.org/about/funding> .

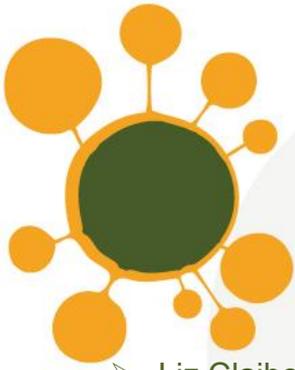


➤ Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit – GIZ

Agência de origem alemã, com mais de 50 anos de atuação, a GIZ é voltada ao desenvolvimento sustentável, incluindo a área de energia e meio ambiente. No Brasil o foco da agência é voltado para energias renováveis, eficiência energética e o uso sustentável da floresta tropical. Uma das formas de cooperação é a parceria com setores privados, universidades e a sociedade civil. A implementação de projetos acordados entre os governos brasileiro e alemão é realizada por meio da cooperação entre as organizações executoras do governo Alemão e diversos parceiros brasileiros dos setores público, privado e terceiro setor. Dentre as áreas de atuação destacam-se clima, meio ambiente e gestão de recursos naturais. A GIZ possui três tipos diferentes de contratos de financiamento: contratos de subsídios, contratos de subvenção e contratos de financiamento. Maiores informações em <https://www.giz.de/en/workingwithgiz/34529.html> .

➤ KfW Bankengruppe

Fundado em 1948 pertence à República Federal da Alemanha (80%) e aos estados federados (20%). É um banco de fomento comprometido com a melhoria sustentável das condições de vida, focando nos âmbitos econômico, social e ambiental, atuando em três pilares da sustentabilidade: a atividade econômica, o meio ambiente e a coesão social. A cooperação com o Brasil é voltada para a proteção do clima e à conservação da biodiversidade, tendo como foco principal a proteção e o manejo sustentável das florestas tropicais. Promove financiamento por meio de doações ou empréstimos para instituição pública no país parceiro. Mais informações em <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Publications-Videos/Publication-series/Guidelines-and-contracts/>



➤ Liz Claiborne & Art Ortenberg Foundation

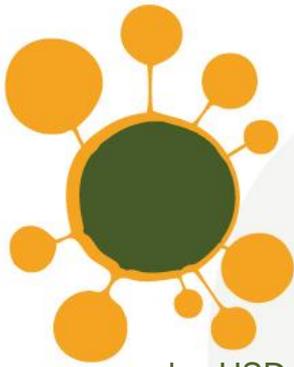
Fundada em 1987 e sediada nos Estados Unidos, a fundação apoia projetos ao redor do mundo, voltados à conservação da natureza, em especial à sobrevivência da vida selvagem. Por meio de doações a fundação procura oportunidades catalizadoras de curto prazo que gerem resultados tangíveis. Bastante criteriosos quanto a habilitação de donatários que precisam cumprir alguns requisitos condicionantes, os quais estão disponíveis no site da fundação: <https://www.lcaof.org/new-page>.

➤ Moore Foundation

Fundada em 2015 por Gordon e Betty Moore com a missão de criar resultados positivos para as gerações futuras por meio da promoção de descobertas científicas inovadoras, conservação ambiental e preservação do caráter especial da área da baía de São Francisco. O Programa de Conservação Ambiental visa o equilíbrio da conservação a longo prazo com uso sustentável protegendo ecossistemas críticos. Em parceria com comunidades, empresas, governos, ONGs realiza iniciativas por meio de apoio a projetos como: Iniciativa Andes Amazônia, Iniciativa Conservação e Mercados Financeiros, Iniciativa Florestas e Mercados Agrícolas, Iniciativa Conservação Marinha, Iniciativas para Mercados Oceanos e Frutos do Mar, Projetos Especiais, Iniciativa Ecossistemas de Salmão Selvagens. Mais informações em <https://www.moore.org/grants/grantee-resources>.

➤ National Fish and Wildlife Foundation – NFWF

Fundada em 1984 e sediada nos Estados Unidos (EUA), a NFWF é uma fundação que atua em parceria com organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, com o objetivo de proteger e restaurar fauna e flora, em especial animais selvagens e seus habitats. Apoiando projetos dentro e fora dos EUA já investiu mais



de USD 6 bilhões em ações de conservação. Informações sobre parceria: <https://www.nfwf.org/apply-grant>.

➤ National Geographic Society

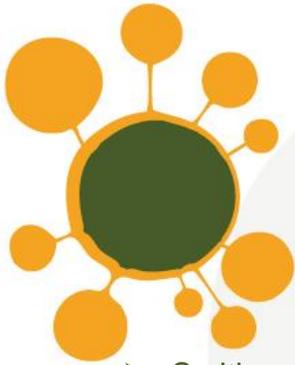
Organização sem fins lucrativos com mais de 100 anos, a National Geographic Society financia projetos de pesquisa e conservação ao redor do mundo. Os subsídios são feitos para início de carreira, bolsa de exploração e projetos de conservação, educação e pesquisa. Detalhes sobre como solicitar subsídios podem ser encontrados no site da organização: <https://www.nationalgeographic.org/funding-opportunities/grants/what-we-fund/>.

➤ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Principal agência de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU apoia a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS em mais de 170 países, por meio de parcerias com governos, setor privado e sociedade civil. Maiores detalhes podem ser encontrados no site da agência em <https://www.undp.org/content/undp/en/home/funding/funding-windows.html>.

➤ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

Agência ambiental de relevante importância para a agenda ambiental global que incentiva a parceria no cuidado com o meio ambiente. Atuando em 07 linhas temáticas, destacam-se aqui as ações voltadas à proteção e restauração de ecossistemas, da biodiversidade e das florestas. Maiores informações podem ser encontradas no site <https://www.unenvironment.org/about-un-environment/funding-and-partnerships>



➤ Smithsonian Global

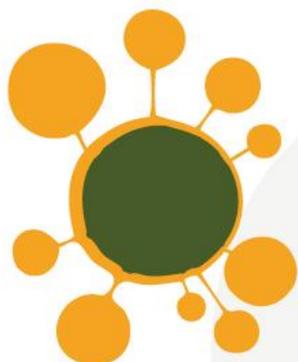
É uma organização global atuante em mais de 140 países oferecendo serviços de consultoria, coleções, pesquisas de longo prazo, treinamento profissional e tecnologia de ponta. Os principais nichos de atuação são Ciência e Conservação (desde salvar espécies ameaçadas de extinção até monitorar ambientes marinhos), Cultura e Artes (promove a diversidade artística e cultural com olhar para as gerações futuras) e Engajamento Público (desenvolve programas educacionais por meio de museus, centros de pesquisa, oficinas, salas de aula virtuais e laboratórios educacionais). No Brasil tem atuado em Engajamento Público com programas de colaboração e inovação. Mais informações em <https://global.si.edu/partner-with-us> .

➤ The Lion's Share Fund

Cofundado e apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que gerenciará o impacto do fundo e da conservação por meio de sua vasta rede de ONGs, The Lion's tem o objetivo de melhorar, de forma sustentável, a biodiversidade do planeta e o bem-estar de todos os animais, contribuir para o bem-estar humano e apoiar comunidades locais, pesquisadores, conservacionistas e outros parceiros da vida selvagem. O recurso do fundo é investido em soluções criativas e inovadoras, com foco na obtenção de impacto real para animais e habitats, implementadas pelas Nações Unidas e por organizações da sociedade civil. Sediado pelo PNUD, o fundo busca arrecadar US\$ 100 milhões por ano em três anos. Para saber mais acesse <https://www.thelionssharefund.com/content/thelionssharefund/en/home.html#involved>.

➤ União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN

Sediada na Suíça e composta por membros de organizações governamentais e da sociedade civil apoia ações de preservação da natureza e para o desenvolvimento



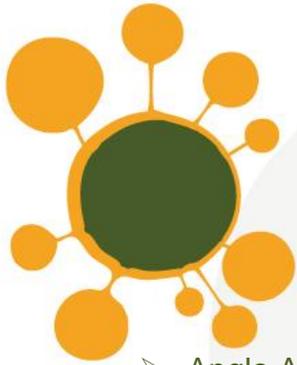
sustentável. Atua em diversas linhas temáticas, incluindo negócios e biodiversidade, florestas e espécies, apoiando pesquisas e gerenciando projetos. Detalhes sobre parceria podem ser encontrados no site <https://www.iucn.org/make-difference>.

11.3. Iniciativa Privada – empresas

Recursos oriundos de empresas privadas de origem nacional ou internacional que são destinados a projetos socioambientais, comumente alinhados aos seus programas internos. Os critérios e diretrizes para o acesso são definidos por cada empresa podendo ser por meio de apresentação de propostas, projetos ou editais. Essas empresas costumam apresentar certo rigor quanto à seleção de projetos, pois seguem os princípios corporativos de planejamento, monitoramento e avaliação de resultados e, portanto, não realizam aportes de modo assistencialista. É bastante comum algumas empresas causadoras de grandes impactos ambientais decorrentes de seus processos produtivos constituírem fundos especiais destinados a programas ambientais de reparação de danos. Os recursos são obtidos por meio de parcerias que podem ser realizadas com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

É importante destacar que a parceria público-privada apresenta forte potencial de efetividade para ações de conservação do meio ambiente, no entanto é necessário que as empresas estejam atentas para a avaliação e identificação de questões relacionadas à sua inserção local, em especial, à luz das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (DEBONI, 2014).

A seguir estão listadas algumas empresas privadas que apresentam programas de financiamento a ações socioambientais.



➤ Anglo American

Empresa líder em mineração global, produz diamante, cobre, metais do grupo platina, carvão, minério de ferro, níquel, manganês e polialita. Apoia projetos alinhados aos seus valores: segurança, cuidado e respeito, integridade, responsabilidade, colaboração e inovação. As diretrizes para solicitar patrocínio podem ser encontradas no site da empresa: <https://www.angloamerican.com/about-us/sponsorship>.

➤ Braskem

Criada em 2002 é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, líder mundial de produção de biopolímeros e maior produtora de polipropileno nos EUA. Apoia projetos, por meio de patrocínio, nas áreas socioambiental, cultural, esportiva, técnica, inovação e design. Na área ambiental, destacam-se os programas: Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva, Cinturão Verde, Estação Ambiental Braskem, Edukatu, Fábrica de Florestas e Ser+realizador. Maiores informações podem ser acessadas pelo site da empresa: <http://www.braskem.com.br/patrocínios>.

➤ BRK Ambiental

Empresa privada de saneamento, atua, principalmente, na gestão de serviços de água e esgoto em mais de 100 municípios dos estados da BA, ES, GO, MA, MG, PA, PE, RJ, RS, SC, SP e TO. Seus esforços em sustentabilidade acontecem por meio de 03 programas: Coletivo BRK (mobilizar a sociedade com o intuito de valorizar os serviços de saneamento e desenvolver as pessoas e as localidades), Geração BRK (planejamento de ações transformadoras para uso consciente e inteligente dos recursos naturais) e Futuro BRK (promoção do futuro com articulação e empoderamento de lideranças jovens e novas tecnologias). Maiores informações no site da companhia em www.brktransforma.com.br.

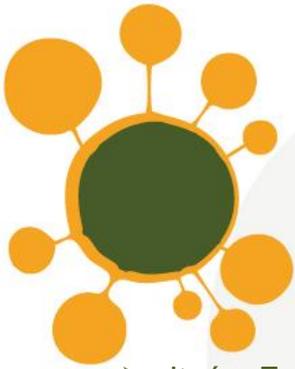


➤ Eletrobras

Sociedade de capital misto, constituída em 1962, a empresa controla grande parte dos sistemas de geração de energia elétrica do Brasil. Administra o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“Procel”), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (“Luz para Todos”) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”), todos do governo federal. Apoiava unidades de conservação para a proteção da biodiversidade nos principais biomas, tais como Zonas de Preservação de Vida Silvestre, Corredor da Biodiversidade Santa Maria, o Refúgio Biológico Maracaju e o Refúgio Biológico Santa Helena, entre outros. Dentro dos programas de apoio à sustentabilidade estão: projeto Soltura de Quelônios do Uatumã, Programa de Reprodução da Harpia (*Harpia harpyja*), Trilha Porã, Projeto de Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (Pomar), Cultivando Ideias, a Sustentabilidade Gota a Gota e Programa Cultivando Água Boa. Maiores informações podem ser obtidas junto ao site da empresa: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Patrocínios.aspx> .

➤ Fibria Celulose

Produtora de papel e celulose a empresa possui fábricas e plantações em 252 municípios em todo o Brasil. Atua no entorno de seus empreendimentos com o objetivo de estabelecer aproximação e diálogo com as comunidades. Por meio de *Green Bond* pretende investir em projetos voltados ao manejo florestal, restauração de florestas nativas e conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, gestão sustentável da água e geração de energia a partir de fontes renováveis. Maiores informações podem ser acessadas em <https://ri.fibria.com.br/sustentabilidade/green-bond-2027> .



➤ Itaú – Ecomudança

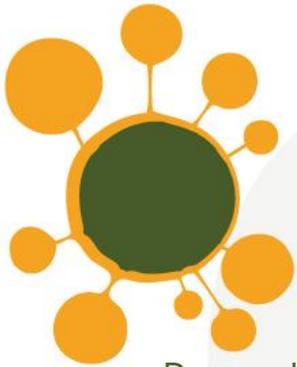
O Banco Itaú, por meio de fundos socioambientais investe em ações de empresas com boas práticas ambientais, sociais de governança. Os fundos Ecomudança e Excelência Social, repassam parte da receita com as taxas de administração da Itaú Asset Management para projetos voltados a educação e meio ambiente. A seleção dos projetos é realizada pela Fundação Itaú Social. A partir de 2018 iniciou o incentivo ao desenvolvimento de negócios de impacto por meio da linha de apoio a organizações que contemplem impacto socioambiental e econômico na sua região. Mais informações no site <https://ecomudanca.ekos.social/> .

➤ Klabin

Fundada em 1899 a empresa é líder na produção de papéis e cartões para embalagens, sacos industriais e embalagens de papelão ondulado, com 19 unidades industriais das quais 18 no Brasil. Promove ações de sustentabilidade socioambiental nas comunidades onde atua com foco em 4 pilares: educação, desenvolvimento local, ambiental e cultural. Dentre os programas ambientais destacam-se: Matas Legais, Matas Sociais – Planejando Propriedades Sustentáveis, Certificação de Pequenos Produtores e Planos Plurianuais. Mais informações no site da companhia: <https://klabin.com.br/fale-conosco/#@solicitacao-de-patrocinio> .

➤ Norte Energia

Empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, tem a missão de gerar energia e desenvolvimento sustentável para o crescimento do país. Atendendo à legislação de compensação ambiental está investindo R\$ 135 milhões para a viabilização de novas Unidades de Conservação (UCs) e outras já existentes na região amazônica, disponibilizando recursos ICMBio e ao Instituto de



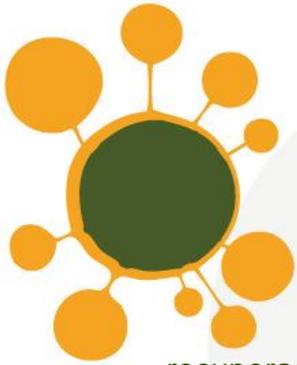
Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), vinculado à Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), para a regularização fundiária e investimentos na infraestrutura dessas UCs. Cumprindo os regulamentos de licença ambiental, a empresa elaborou um Projeto Básico Ambiental (PBA), que envolve as condicionantes relacionadas às comunidades locais, atendendo aos direitos e demandas de toda a população afetada pelo empreendimento. Elaborou também um Plano específico, direcionado ao Componente Indígena (PBA-CI), aprovado em 2012 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Informações em <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/sustentabilidade>.

➤ Petrobras

Sociedade anônima de capital aberto a empresa atua na indústria de óleo, gás natural e energia. Apoia ações socioambientais por meio de seu Programa Petrobras Socioambiental, investindo em projetos voltados à conservação do meio ambiente e qualidade de vida, por meio de parcerias com Ongs. As principais linhas de ação são: biodiversidade, florestas e clima, água, entre outras. Os projetos são apoiados por meio de seleção pública. Mais informações no site <https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/selecoes-publicas/>.

➤ Vale

Fundada em 1942 é uma empresa privada do ramo de mineração, presente em 30 países. Também atua no ramo de logística com ferrovias, portos, terminais e infraestrutura, energia e siderurgia. Tem a sustentabilidade como um de seus pilares estratégicos. Para mitigar os impactos de suas operações realiza parcerias para implementar projetos voltados a biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Dentre as iniciativas destacam-se: pesquisas sobre território e espécies ameaçadas,



recuperação de áreas degradadas, inovação, desenvolvimento de tecnologias e manutenção de áreas protegidas nos biomas de sua atuação. Mais informações em <http://www.vale.com/brasil/PT/sustainability/patrocinius/Paginas/default.aspx> .

11.4. Iniciativa Privada sem Fins Lucrativos – ONGs

Organizações privadas de interesse público, sem fins lucrativos, de origem nacional ou internacional, também são outra fonte de destinação de recursos para projetos socioambientais. O acesso costuma ser por meio da chamada de editais e cada organização cria suas próprias diretrizes para a seleção de projetos.

➤ American Bird Conservancy - ABC

Fundada em 1994, a ABC é uma organização sem fins lucrativos especialista na conservação de aves nativas e seus habitats nas Américas. Atua em parcerias com o objetivo de interromper a extinção, proteger habitats, eliminar ameaças e desenvolver capacidade para a conservação de aves. Apoiava organizações parceiras com ferramentas e treinamentos. Para maiores informações <https://abcbirds.org/get-involved/>

➤ Conservation Leadership Programme - CLP

Iniciado em 1985, o CLP é um programa internacional de capacitação que apoia jovens em projetos de biodiversidade aplicados em países em desenvolvimento. O apoio é realizado por meio de prêmios anuais de conservação em 03 níveis: Prêmio Conservacionista do Futuro – projetos de pesquisa e conscientização em pequena escala; Prêmio de Acompanhamento de Conservação e o Prêmio Liderança em Conservação – implementação de projetos maiores de conservação por longo período



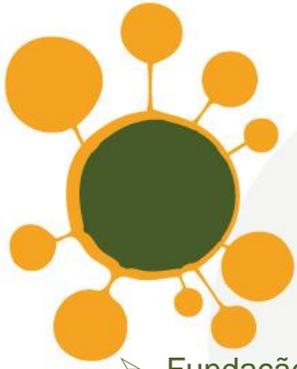
de tempo. Informações em <http://www.conservationleadershipprogramme.org/grants/grant-overview/> . A página do programa ainda reúne uma relação interessante de fontes de financiamentos para conservação <http://www.conservationleadershipprogramme.org/grants/other-funding-sources/>

➤ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio

Em atividade há mais de 20 anos tem a missão de aportar recursos para projetos estratégicos de conservação da biodiversidade, atuando em parceria com o setor privado, público e entidades do terceiro setor. As principais linhas temáticas de atuação são: unidade de doações nacionais e internacionais (Programa Arpa, GEFMar, TFCA, entre outros); unidade de obrigações legais (Fundo da Mata Atlântica do Rio de Janeiro, carteira Fauna-Brasil); e unidade de projetos especiais (diagnóstico de ambientes e mecanismos financeiros). Recebe recursos de empresas nacionais e internacionais, acordos bilaterais, de compensação ambiental e de Termos de Ajustamento de Conduta. A partir de 2014 tornou-se agência nacional implementadora do GEF. O acesso aos recursos é feito por meio de editais ou chamadas temáticas. Mais informações no site <https://www.funbio.org.br/programas-e-projetos/?t=1> .

➤ Fundação Banco do Brasil

Em atividade há 34 anos a fundação está voltada para iniciativas de geração de trabalho e renda, educação e preservação do meio ambiente, realizando programas e projetos em todo território nacional. Realiza investimentos não reembolsáveis por meio de parcerias com organizações sem fins lucrativos. Os projetos são selecionados por meio de editais ou chamadas públicas. Mais informações no site da fundação: www.fbb.org.br.



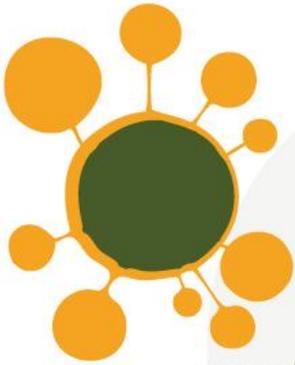
➤ Fundação Engie

Há 25 anos a fundação, comprometida com o meio ambiente, tem a missão de apoiar projetos que promovam transformação social e contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. Atuando em diversos países, a proteção da biodiversidade é um de seus focos de direcionamento. Apoia projetos fornecendo assistência financeira, capacitação e experiência, por meio de parcerias com Ongs nacionais e internacionais. Para receber apoio é necessário que o projeto esteja situado em região de atuação da ENGIE e servir ao bem comum; tenha valor filantrópico e sustentabilidade econômica e socioambiental; e apresente impacto social ou ambiental positivo de longo prazo. Além do apoio a Ongs, a fundação repassa mensalmente recursos de Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) aos estados e municípios inseridos nas áreas de abrangência de suas Usinas Hidrelétricas. Para mais informações para apoio a projetos acesse <https://www.fondation-engie.com/en/soumettre-un-projet/> e para informações sobre CFURH acesse <https://www.engie.com.br/sustentabilidade/recursos-e-investimentos/royalties/>

➤ Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Criada em 1990 pela mantenedora Grupo Boticário, a fundação está focada em 03 pilares de atuação: conhecer e manter áreas naturais em equilíbrio, buscar soluções inovadoras e o engajamento da sociedade sobre a importância da natureza e preservar a qualidade de vida de todos. Apoia ações práticas para a conservação de espécies e ecossistemas e viabiliza ações que implementem políticas públicas eficazes para a proteção da biodiversidade por meio de editais. Ao todo a fundação já apoiou mais de 1.500 iniciativas, com investimento de R\$ 80 milhões, descoberta de 176 espécies e apoio a 545 unidades de conservação. A partir de 2020 a fundação





apresenta um novo modelo de apoio a projetos denominado “Teia: soluções para a proteção da natureza”, atuando em modelo de colaboração e trabalho em rede visa proteger espécies e seus habitats. O tema inicial dessa nova proposta de apoio é turismo em áreas naturais, mas novos temas surgirão no decorrer do ano. Maiores informações no site <http://www.fundacaogrupooboticario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Apoio-a-projetos.aspx> .

➤ Fundação Bunge

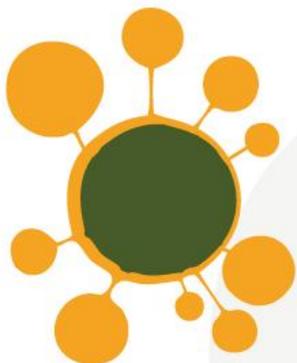
Criada em 1955 a fundação investe em projetos sociais que contribuem para melhorar a educação e a qualidade de vida das comunidades onde atua, voltados a programas socioambientais, preservação da memória e incentivo à excelência e ao conhecimento sustentável. Dentre as ações socioambientais destaca-se o Programa Comunidade Integrada direcionado ao desenvolvimento territorial sustentável desenvolvido nos estados do Tocantins e Pará. Mais informações no site da fundação: <http://www.fundacaobunge.org.br/contato/>.

➤ Fundação SOS Mata Atlântica

Fundada em 1986 a fundação promove políticas públicas para a conservação da Mata Atlântica realizando ações de monitoramento, realização de estudos, aprimoramento da legislação ambiental, entre outras. Atuando em parceria com outras entidades do terceiro setor, destina recursos, por meio de editais, para unidades de conservação. Chamamento de editais, quando há, costuma ser divulgado em: <https://www.sosma.org.br/noticias/>.

➤ Fundação VF (Kipling)

A Fundação VF, mantida pela VF Corporation, empresa da moda que detém marcas



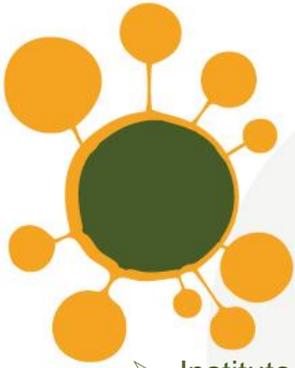
como Kipling, Vans e Timberland, apoia organizações não governamentais, sediadas ou que atuem em locais onde suas operações estão inseridas. Com foco na melhoria das pessoas e do planeta e no fortalecimento da diversidade, da equidade e da inclusão financia projetos por meio de subvenções que acontecem 02 vezes ao ano. Diretrizes e procedimentos para solicitar subvenção em <https://www.vfc.com/our-company/the-vf-foundation/guidelines-procedures>.

➤ Instituto Alcoa

Fundado em 1990 o instituto tem o propósito de promover a inclusão e redução das desigualdades, para tanto desenvolve ações voltadas à educação, engajamento social e geração de trabalho e renda. Entre seus programas destaca-se o ECOA voltado à educação ambiental. Apostando na efetividade de ações conjuntas entre os setores público, privado e terceiro setor, apoia financeiramente projetos locais desenvolvidos pelo terceiro setor ou setor público. Os projetos são selecionados por meio de edital. Informações no site <https://www.alcoa.com/brasil/pt/institute/local-project-support-program.asp>.

➤ Instituto Ekos Brasil

Fundado em 2001 pelo geólogo suíço Ernesto Moeri, com o objetivo de promover a sustentabilidade e preservação da biodiversidade brasileira. Atua nas áreas de investimento de impacto, conservação da biodiversidade e remediação ambiental. Em atuação com o ICMBio foi constituído o Fundo Peruaçu que capta recursos de entidades públicas e privadas para assegurar a gestão e manutenção do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Mais informações em <https://ekosbrasil.org/contatos/>.



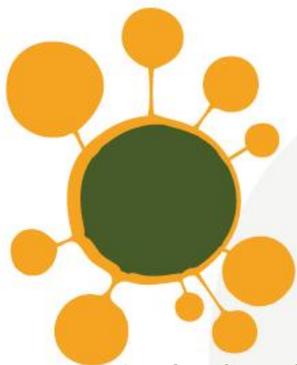
➤ Instituto Horus

Organização da sociedade civil sem fins lucrativos cujo objetivo é pautado na conservação ambiental integrada aos processos de desenvolvimento econômico e social, aos sistemas de produção e à rotina da sociedade. Atua por meio de apoio ao desenvolvimento de programas de gestão e manejo de espécies exóticas invasoras; capacitação técnica para prevenção, detecção precoce e resposta rápida e manejo de espécies exóticas invasoras, implementação de planos e projetos de prevenção, detecção precoce e controle de espécies exóticas invasoras, manutenção da Base de Dados Nacional de Espécies Exóticas Invasoras, análises de risco para invasão biológica, programa de voluntariado para controle de espécies exóticas invasoras, participação no Grupo Especialista em Espécies Invasoras (ISSG – UICN) e Fellow da Ashoka Empreendedores Sociais.

Para conhecer acesse <https://institutohorus.org.br/> .

➤ Instituto Ipê

Fundado em 1992 é uma Associação da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sediada em Nazaré Paulista (SP) que tem o objetivo de pesquisar espécies raras e/ou ameaçadas e implementar planos de manejo conservacionistas, desenvolver programas de educação ambiental, promover capacitação profissional em várias áreas de conservação, influenciar políticas públicas que beneficiam a conservação da biodiversidade, entre outros. Tem mais de 30 projetos por ano, em locais como o Pontal do Paranapanema e Nazaré Paulista (SP), Baixo Rio Negro (AM), Pantanal e Cerrado (MS). Atua por meio de parcerias com outras organizações e setor privado. Para saber mais acesse <https://www.ipe.org.br/ipe/seja-nosso-parceiro>



➤ Instituto Pró-Carnívoros

Fundada em 1996 o instituto é uma associação civil, de direito privado, não governamental e sem fins lucrativos, está sediada em Atibaia – SP. Desenvolvendo projetos em diversas regiões do país tem o objetivo de promover a conservação dos mamíferos carnívoros neotropicais e de seus habitats. Dentre as principais atuações destacam-se: desenvolvimento de pesquisas científicas, estratégias e ações de manejo, proteção de áreas prioritárias para a conservação dos carnívoros, educação ambiental e apoio e desenvolvimento de políticas públicas para conservação de espécies e seus habitats. Para saber mais acesse <http://procarnivoros.org.br/oportunidades/>

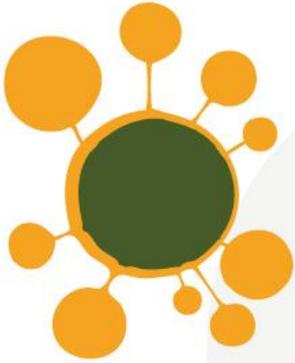
➤ Instituto Votorantim

Criado em 2002 o instituto é o núcleo de inteligência social das empresas investidas da Votorantim, tem o objetivo de promover benefícios sociais em locais de atuação das empresas do grupo, favorecendo a operação sustentável dos negócios. Após traçar diagnóstico das necessidades das regiões de atuação, elabora estratégias e projetos de intervenção. Entre os programas e projetos, destacam-se: Apoio à Gestão Pública, Programa ReDes, Qualificação de Organizações, entre outros. Mais informações em <http://www.institutovotorantim.org.br/fale-conosco/>.

➤ Oceânica – Pesquisa, Educação e Conservação

Fundada em 2002 é uma Organização da Sociedade Civil, voltada à conservação dos ambientes costeiro-marinhos, integrando pesquisa científica, educação ambiental e propostas de conservação. Atua, principalmente, no litoral potiguar, desenvolvendo ações de pesquisa, educação ambiental, políticas públicas de caráter socioambiental. Busca realizar parcerias com as esferas pública, privada, sociedade e universidades. Para conhecer acesse <https://oceanica.org.br/parcerias/>.





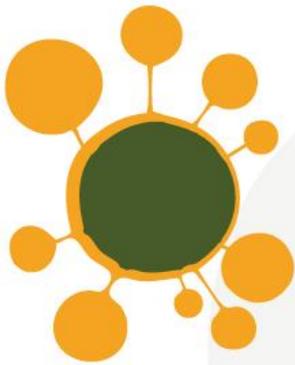
➤ Sociedade para a Conservação de Aves do Brasil - Save Brasil

Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, tem foco especial na conservação das aves brasileiras, fazendo parte da aliança global da BirdLife International, presente em mais de 120 países. Atua de maneira participativa, elaborando e implementando estratégias e ações de conservação em conjunto com organizações locais e nacionais, órgãos governamentais, empresas, líderes comunitários, pesquisadores e membros da sociedade civil. Para conhecer acesse <http://savebrasil.org.br/>

11.5. Instrumentos Legais Comumente Celebrados na Obtenção de Recursos

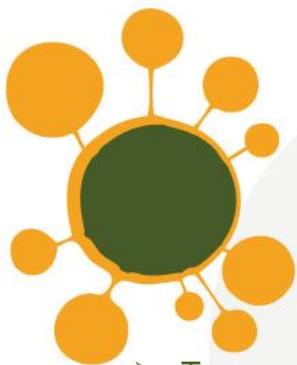
Instrumentos legais são documentos com efeitos jurídicos utilizados para registrar uma ação. Como demonstrado há diversos arranjos de parceria para a aplicação de recursos em conservação socioambiental, ora realizadas entre o setor público e o terceiro setor, ora entre o setor público e o privado, ora entre o setor privado e o terceiro setor e por vezes entres setores públicos, setores privados e entidades sem fins lucrativos. Cada tipo de parceria costuma ter um tipo diferente de formalização para suas relações, de modo a respaldar juridicamente as partes envolvidas. A seguir estão descritas algumas formas mais comuns de celebração de parcerias relatadas por esse estudo.

- Convênio => regulamentado pelo Decreto nº6.170/2007 é o instrumento utilizado para a execução descentralizada de qualquer programa de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, por meio de transferência voluntária de orçamento da União para estados, DF e municípios.
- Termo de Parceria => regido pela Lei 9.790/99 é utilizado para a execução das atividades definidas como de interesse público pelo artigo, podendo ser realizado



apenas com organizações que cumprirem os requisitos legais, sejam qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) pelo Ministério da Justiça.

- Contrato de Gestão => Regulado pela Lei 9.637/98 tem por objetivo a formação de parceria para o fomento de organizações que prestam serviços públicos não-exclusivos do Estado, tais como ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Para ser firmado a organização deve ser qualificada como Organização Social (OS).
- Termo de Colaboração e Termo de Fomento => instituídos pela Lei 13.019/2014, alterados pelas Leis nº13.204/2015 e nº13.098/2019 e regulamentado pelo Decreto nº8.726/2016, determina que as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, denominadas por esta lei de Organizações da Sociedade Civil, podem firmar parcerias com o poder público envolvendo transferência de recursos. O Termo de Colaboração é usado quando a proposta parte do poder público e o Termo de Fomento quando a proposta parte da OSC.
- Acordo de Cooperação => também instituído pela Lei 13.019/2014 é firmado entre órgão público e organização do terceiro setor quando não incluir repasses de verbas, pretendendo a efetivação de projetos e atividades com objetos de interesse público.
- Acordo de Cooperação (Sem Recursos) => utilizado por entes públicos para estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si, de interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. Sem repasse financeiro esse tipo de acordo é comum para atividades técnicas e científicas.



- Termos de Execução Descentralizada de Recursos – TED => instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

11.6. Considerações Finais

As possibilidades de financiamento de atividades ambientais voltadas à conservação da biodiversidade são vastas e bastante pulverizadas de modo que as informações nem sempre são de fácil acesso. Algumas plataformas se propõem a servirem de vitrine de editais ou ainda ligarem patrocinadores com projetos socioambientais, reunindo editais de chamamento, como é o caso do Prosas (<https://prosas.com.br/editais/>), do Capta que além de apresentar alguns editais fornece um guia para elaboração de pequenos projetos (<https://capta.org.br/fontes-de-financiamento/oportunidades/>) e do Vbio com a proposta de conectar projetos voltados à biodiversidade e financiadores abre espaço para cadastramento de projetos que buscam financiamento (<https://www.vbio.eco/como-propor>). No entanto, não há uma plataforma única que centralize todos editais de apoio para projetos ambientais e por linha temática, tornando o processo de captação de recursos bastante moroso.

Assim, esse estudo buscou concentrar o máximo de informações sobre possíveis fontes de recursos disponíveis e seus caminhos de acesso, contudo, cabe ressaltar que articulação, engajamento e, principalmente, dedicação de tempo por parte dos agentes envolvidos nos Planos de Ação são fundamentais para a efetividade da captação de recursos. Por fim, um bom planejamento poderá contribuir significativamente para a minimização desse desafio.

Anexo 1 - Fundos Públicos

Fundo	Destinação	Quem Pode Acessar	Meio de Acesso	Link
Agência Nacional das Águas - ANA	Uso sustentável dos recursos hídrico	Órgãos públicos	Editais de chamamento	www.ana.gov.br/programas-e-projetos
Fundo Amazônia	fiscalização ambiental, manejo florestal, regularização fundiária e	Órgãos públicos federais, estaduais e municipais, Ongs, universidades e internacionalmente	Chamadas públicas ou entidades aglutinadoras	http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/
Fundo de Direitos Difusos - FDD	Conservação do meio ambiente (entre outros)	Órgãos públicos federais, estaduais e municipais e Ongs	Processo seletivo de projetos	www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/d
Fundo Clima	Pesquisas voltados à redução de impactos causados por mudanças climáticas	Órgãos públicos federais, estaduais e municipais, organizações civis	Projeto dirigido ou edital de chamamento	https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-
Fundo Nacional de Compensação Ambiental - FNCA	Áreas protegidas municipais, estaduais e federais	em definição	em definição	em definição
Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF	Desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis	Órgãos públicos municipais, estaduais e federais	Chamadas públicas	www.florestal.gov.br/desenvolvimento-florestal
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	Conservação e o manejo da biodiversidade e o	Órgãos públicos municipais, estaduais e federais	Apresentação de projetos por demanda	www.mma.gov.br/fundo-nacional-do-meio-ambiente
Fundo Social do BNDES	Projetos de caráter social - meio ambiente é uma das	Pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem		https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/
Fundo Social da Caixa Econômica Federal - FSA Caixa	Projetos e investimentos socioambientais voltados à população	Instituições públicas ou privadas	Seleção pública de projetos, apoio às políticas internas ou incentivo a negócios	http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx

Anexo 2 - Fundos Estaduais de Meio Ambiente

Estado	Fundo
Amazonas (AM)	Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEMA/AM
	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
Bahia (BA)	Fundo de Recursos para o Meio Ambiente - FERFA/BA
	Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia - FERHBA
Espírito Santo (ES)	Fundo Estadual do Meio Ambiente - FUNDEMA
	Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestas do Espírito Santo - FUNDÁGUA
Goiás (GO)	Fundo Estadua do Meio Ambiente - FEMA/GO
Maranhão (MA)	Fundo Especial de Meio Ambiente - FEMA/MA
Minas Gerais (MG)	Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO
	Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos - FUNDIF
Paraná (PR)	Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
Rio Grande do Sul (RS)	Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
	Fundo de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLO
Rio de Janeiro (RJ)	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM
	Fundo Estadual de Recursos Hídrico - FUNDRIHI
Santa Catarina (SC)	Fundo Especial de Proteção Ambiental - FEPEMA
	Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO
São Paulo (SP)	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA
	Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO/SP
	Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos - FID

Anexo 3 - Bancos Públicos

Banco	Destinação	Quem Pode Acessar	Link
Banco do Nordeste	FNE Água; FNE Verde; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Financiamento ao Manejo Florestal Sustentável da Caatinga; Programas de crédito para o setor público voltados ao desenvolvimento; Programa Fundeci - projetos de estudos e pesquisas; Apoio a projetos sociais para entidades sem fins lucrativos	Organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos	https://www.bnb.gov.br/investimentos-sociais-e-esportivos
			https://www.bnb.gov.br/responsabilidade-socioambiental/linhas-de-credito
			https://www.bnb.gov.br/governo/credito
			https://www.bnb.gov.br/agronegocio/credito-de-longo-prazo
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	Apoia técnica ou financeiramente ações de responsabilidade socioambiental	Entidades parceiras do estado de Minas Gerais.	https://indec.org.br/indec-apoia/
Caixa Econômica Federal - CEF	Programa Meio Ambiente e Saneamento - Brasil Joga Limpo	Municípios e concessionárias estaduais e municipais	http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/meio-ambiente-saneamento/Paginas/default.aspx

Anexo 4 - Agências Internacionais

Agência	Destinação	Quem Pode Acessar	Meio de Acesso	Link
Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA	Recursos hídricos, recursos e energia, desenvolvimento agrícola e rural, pesca, gestão ambiental, medidas de mudança climática e, principalmente, conservação do meio ambiente natural	Ongs e Governos Locais	Projeto de Cooperação Técnica de Base	https://www.jica.go.jp/activities/evaluation/index.html
Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID	Conservação da biodiversidade e florestas, estrutura e gerenciamento de recursos ambientais e naturais, gestão de conhecimento em Meio Ambiente e Recursos Naturais,	Governos locais, Ongs, empresas privadas com fins lucrativos, universidades, cooperativas	Doações, contratos ou acordos de cooperação	https://www.usaid.gov/work-usaid/how-to-work-with-usaid
Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID	Mudança climática e sustentabilidade ambiental	Governos e Ongs	Doações, assistência técnica ou empréstimos	https://www.iadb.org/en/partnership/partnerships-idb
Banco Mundial	Gestão de Recursos Ambientais e Naturais.	Países-membro	Empréstimos reembolsáveis e não reembolsáveis e doações	https://www.worldbank.org/en/work-with-us
Charles Stewart Mott Foundation	Ações ambientais que promovam sustentabilidade	Organizações locais	Doação	https://www.mott.org/grantee-resources/
Comissão Europeia	Proteção de espécies e habitats, restauração de ecossistemas, agricultura e silvicultura sustentáveis, pesca sustentável, combate a espécies exóticas invasoras e redução da perda da biodiversidade global	Organizações dentro e fora da União Europeia	Subvenção (apresentação de propostas), contrato de aquisição (por concursos) ou financiamentos por meio de empréstimos	https://ec.europa.eu/info/aid-development-cooperation-fundamental-rights_pt
Fauna & Flora International	Proteção da biodiversidade - conservação de espécies e habitats	Organizações locais	Parceria	https://www.fauna-flora.org/support/trusts-foundations/
Foundation for Deep Ecology	Biodiversidade e natureza, agricultura ecológica e globalização e megatecnologia	Organizações voltadas a conservação da natureza	Apoia projetos de infraestrutura intelectual, publicações, além de realizar doações para entidades sem fins lucrativos	www.deepecology.org
Global Environment Facility (GEF)	Biodiversidade, Produtos Químicos e Resíduos, Alterações Climáticas, Florestas, Águas Internacionais, Degradação do Solo, Comércio Ilegal de Animais Selvagens	Órgãos governamentais, Ongs, empresas do setor privado, instituições de pesquisa, entre outros	Colaboração com agências que criam propostas de projetos e os gerenciam, apoiando governos elegíveis e Ongs no desenvolvimento, implementação e execução de seus projetos	https://www.thegef.org/about/funding
Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit - GIZ	Energias renováveis, eficiência energética e o uso sustentável da floresta tropical	Setores privados, universidades e a sociedade civil	Cooperação entre as organizações executoras do governo Alemão e diversos parceiros brasileiros dos setores público, privado e terceiro setor.	https://www.giz.de/en/workingwithgiz/34529.html
KfW Bankengruppe	Proteção do clima e à conservação da biodiversidade, tendo como foco principal a proteção e o manejo sustentável das florestas tropicais	Instituição pública em países parceiros	Doações ou empréstimos	https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Publications-Videos/Publication-series/Guidelines-and-contracts/
Liz Claiborne & Art Ortenberg Foundation	Sobrevivência da vida selvagem	Projetos ao redor do mundo	Doações	https://www.lcaof.org/new-page
Moore Foundation	Promoção de descobertas científicas inovadoras, conservação ambiental e preservação do caráter especial da área da baía de São Francisco.	Comunidades, empresas, governos, ONGs	Parceria	https://www.moore.org/grants/grantee-resources
National Fish and Wildlife Foundation - NFWF	Proteger e restaurar fauna e flora, em especial animais selvagens e seus habitats	Organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos	Projetos dentro e fora dos EUA	https://www.nfwf.org/apply-grant
National Geographic Society	Pesquisa e conservação	Projetos ao redor do mundo	Subsídios	https://www.nationalgeographic.org/funding-opportunities/grants/what-we-fund/
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD	Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS	Governos, setor privado e sociedade civil.	Parceria	https://www.undp.org/content/undp/en/home/funding/funding-windows.html
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA	Proteção e restauração de ecossistemas, da biodiversidade e das florestas	Governos, setor privado e sociedade civil.	Parceria	https://www.unenvironment.org/about-un-environment/funding-and-partnerships
Smithsonian Global	Conservação (desde salvar espécies ameaçadas de extinção até monitorar ambientes marinhos)	Governos, setor privado e sociedade civil.	Programas de colaboração e inovação	https://global.si.edu/partner-with-us
The Lion's Share Fund	Melhorar, de forma sustentável, a biodiversidade do planeta e o bem-estar de todos os animais	Comunidades locais, pesquisadores, conservacionistas e outros parceiros da vida selvagem	Implementadas pelas Nações Unidas e por organizações da sociedade civil	https://www.thelionssharefund.com/content/thelionssharefund/en/home.html#involved
União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN	Ações de preservação da natureza e para o desenvolvimento sustentável (negócios e biodiversidade, florestas e espécies)	Organizações governamentais e da sociedade civil	Apoio a pesquisas e projetos	https://www.iucn.org/make-difference

Anexo 5 - Empresas Privadas

Empresa	Linhas Temáticas	Quem Pode Acessar	Meio de Acesso	Link
Anglo American	Segurança, cuidado e respeito, integridade, responsabilidade, colaboração e inovação	Projetos alinhados aos temas	Patrocínio	https://www.angloamerican.com/about-us/sponsorship
Braskem	Áreas socioambiental, cultural, esportiva, técnica, inovação e design	Projetos alinhados aos temas	Patrocínio	http://www.braskem.com.br/patrocínios .
BRK Ambiental	Planejamento de ações transformadoras para uso consciente e inteligente dos recursos naturais, entre outros	Projetos alinhados aos temas	Patrocínio	www.brktransforma.com.br
Eletróbás	Apoia unidades de conservação para a proteção da biodiversidade nos principais biomas	Projetos alinhados aos temas	Patrocínio	https://eletrobras.com/pt/Paginas/Patrocínios.aspx
Fibria Celulose	Manejo florestal, restauração de florestas nativas e conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, gestão sustentável da água e geração de energia a partir de fontes renováveis	Projetos alinhados aos temas	Green Bond	https://ri.fibria.com.br/sustentabilidade/green-bond-2027 .
Itaú - Ecomudança	Educação e meio ambiente	Projetos alinhados aos temas	Editais	https://ecomudanca.ekos.social/
Klabin	Educação, desenvolvimento local, ambiental e cultural	Projetos alinhados aos temas	Patrocínio	https://klabin.com.br/fale-conosco/#@solicitacao-de-patrocínio
Norte Energia	Regularização fundiária e investimentos na infraestrutura em UCs	Disponibilizando recursos ICMBio e ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), vinculado à Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS)	Compensação Ambiental	https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/sustentabilidade
Petrobras	Biodiversidade, florestas e clima, água,	Ongs	Parceria	https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/selecoes-publicas/
Vale	Pesquisas sobre território e espécies ameaçadas, recuperação de áreas degradadas, inovação, desenvolvimento de tecnologias e manutenção de áreas protegidas nos biomas de sua atuação	Ongs	Parceria	http://www.vale.com/brasil/PT/sustainability/patrocínios/Paginas/default.aspx

Anexo 6 - Iniciativa Privada sem Fins Lucrativos - ONGs

ONGs	Destinação	Quem Pode Acessar	Meio de Acesso	Link
American Bird Conservancy - ABC	Conservação de aves nativas e seus habitats nas Américas	Organizações alinhadas com o tema	Parceria	https://abcbirds.org/get-involved/
Conservation Leadership Programme - CLP	Projetos de biodiversidade aplicados em países em desenvolvimento	Quem tiver projeto alinhado com os temas	Prêmios anuais de conservação	http://www.conservationleadershipprogramme.org/grants/grant-overview/
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio	Projetos estratégicos de conservação da biodiversidade	Setor privado, público e entidades do terceiro setor	Editais ou chamadas temáticas	https://www.funbio.org.br/programas-e-projetos/?t=1
Fundação Banco do Brasil	Educação e preservação do meio ambiente	Organizações sem fins lucrativos	Editais ou chamadas públicas	www.fbb.org.br
Fundação Engie	Proteção da biodiversidade	Ongs nacionais e internacionais (parceria) e repasse mensal de recursos de Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) aos estados e municípios inseridos nas áreas de abrangência de suas Usinas Hidrelétricas	Editais ou chamadas públicas	https://www.fondation-engie.com/en/soumettre-un-projet/ https://www.engie.com.br/sustentabilidade/recursos-e-investimentos/royalties/
Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Ações práticas para a conservação de espécies e ecossistemas e viabiliza ações que implementem políticas públicas eficazes para a proteção da biodiversidade	Órgãos públicos e Ongs	Editais	http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Apoio-a-projetos.aspx
Fundação Bunge	Programas socioambientais	Projetos que contribuem para melhorar a educação e a qualidade de vida das comunidades onde atua	Parceria	http://www.fundacaobunge.org.br/contato/
Fundação SOS Mata Atlântica	Ações de monitoramento, realização de estudos, aprimoramento da legislação ambiental, entre outras	Entidades do terceiro setor	Editais	https://www.sosma.org.br/noticias/
Fundação VF (Kipling)	Melhoria das pessoas e do planeta e no fortalecimento da diversidade, da equidade e da inclusão	Organizações não governamentais	Subvenções de projetos que acontecem 02 vezes ao ano	https://www.vfc.com/our-company/the-vf-foundation/guidelines-procedures
Instituto Alcoa	Educação (ambiental), engajamento social e geração de trabalho e renda	Apoia financeiramente projetos locais desenvolvidos pelo terceiro setor ou setor público	Edital	https://www.alcoa.com/brasil/pt/institute/local-project-support-program.asp
Instituto Ekos Brasil	Investimento de impacto, conservação da biodiversidade e remediação ambiental	Projetos alinhados ao foco de atuação	Parceria	https://ekosbrasil.org/contatos/
Instituto Horus	Gestão e manejo de espécies exóticas invasoras; capacitação técnica para prevenção, detecção precoce e resposta rápida e manejo de espécies exóticas invasoras, implementação de planos e projetos de prevenção, detecção precoce e controle de espécies exóticas invasoras	Projetos alinhados ao foco de atuação	Parceria	https://institutohorus.org.br/
Instituto Ipê	Pesquisar espécies raras e/ou ameaçadas e implementar planos de manejo conservacionistas, desenvolver programas de educação ambiental, promover capacitação profissional em várias áreas de conservação, influenciar políticas públicas	Organizações e setor privado	Parceria	https://www.ipe.org.br/ipe/seja-nosso-parceiro
Instituto Pró-Carnívoros	Promover a conservação dos mamíferos carnívoros neotropicais e de seus habitats	Organizações e setor privado	Parceria	http://procarnivoros.org.br/oportunidades/
Instituto Votorantim	Promover benefícios sociais em locais de atuação das empresas do grupo, favorecendo a operação sustentável dos negócios	Órgãos públicos e Ongs	Parceria	http://www.institutovotorantim.org.br/fale-conosco/
Oceânica - Pesquisa, Educação e Conservação	Conservação dos ambientes costeiro-marinhos, integrando pesquisa científica, educação ambiental e propostas de conservação	Esferas pública, privada, sociedade e universidades	Parceria	https://oceanica.org.br/parcerias/
Sociedade para a Conservação de Aves do Brasil - Save Brasil	Conservação das aves brasileiras	Organizações locais e nacionais, órgãos governamentais, empresas, líderes comunitários, pesquisadores e membros da sociedade civil	Parceria	http://savebrasil.org.br/